

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO

**Tema: “Assistência Social:
Direito do Povo com
financiamento Público e
Participação Social”**



CONFERÊNCIA NACIONAL
DEMOCRÁTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COMAS/SP

São Paulo/SP - 2019

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Bruno Covas

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Berenice Maria Giannella

SECRETÁRIO ADJUNTO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Marcelo Costa Del Bosco Amaral

CHEFE DE GABINETE

Ana Cláudia Marino Bellotti

COORDENAÇÃO DE GESTÃO SUAS

Douglas Gualberto Carneiro

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP

PRESIDENTE

Darlene Terzi dos Anjos Afonso Cazarini

Conselheiro (a)s Sociedade Civil

Titulares:

Adriana Oliveira Gonçalves Bezerra

Antônio Alexandre de Andrade Patto

Damaris Lacerda Abreu

David Oscar

Girlândia Silva Santana

Luis Lorente Vila

Marcos Antônio Muniz e Souza

Maria Silvia Coviello Boscaino

Conselheiro (a)s Poder Público

Titulares:

Adjair Bertochi

Bruno Moraes Valsani

Fabiana Santos de Paula Silva
Helio de Oliveira
Jennifer Caroline de Melo Turi Cancherini
Luciano José Alves de Lima
Marcos Estevão Marques Saraiva
Victor Di Francesco Coelho de Souza
Conselheiro (a)s Sociedade Civil

Suplentes:

Anna Beatriz Langué Peranovich
Antônio Souza Navarro
Dulcinéia Pastrello
Écio Almeida Silva
Jurandir Santo Zaneti
Maria Cecília H. Mattos Apostolopoulo
Natanael de Jesus Oliverira
Rafael Carvalho Outtone
Tamara dos Santos Cereja

Conselheiro (a)s Poder Público

Suplente Christiane Telles Siqueira
Eliene Suzana Veiga de Lima
Irma de Cássia Lins de Araújo
Ítalo Souza Cunha
Maria Aparecida Moreira de Moraes
Natália Corazza
Rafael Rodrigues Pinheiro
Sebastiana da Silva Fontes
Valdemar Alves Ferreira

COMISSÃO ORGANIZADORA CENTRAL – COC

I - REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP

Conselheiro (a)s Sociedade Civil

Titulares:

Damaris Lacerda Abreu
David Oscar
Girândia Silva Santana

Conselheiro (a)s Poder Público

Titulares:

Irma da Cássia Lins de Araujo
Hélio de Oliveira

II - USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titulares:

José Benedito França Pereira

Manoel Alexandre Frederico de Sousa

III - FÓRUM DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – FAS-SP

Titulares:

Daniela Ismael Silva Santos

Felipe Valentim Bonifácio

Israel Divino Marques

Regina Conceição da Paixão Gomes

IV - FÓRUM MUNICIPAL DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEBAS

Titulares:

Carla Regina Baptista de Oliveira

Elisabete Antolino

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO PAULO – SMADS

Titular

Fernando Ferreira dos Santos

Titulares das Regiões:

Leste 1 (AF, MO e PE, IT) – responsável: Penha - Márcia do Nascimento Selles

Leste 2 (CT, SM, MP e G) - responsável: Cidade Tiradentes - Aparecida Maria Ferreira de Paula

Leste 3 (EM, VP, e SB, IQ) - responsável: Ermelino Matarazzo - Surama Cattarina Bisceglia Pereira

Sul 1 (PA, MB, JÁ e CL) - responsável: Campo Limpo - Maria Aparecida Junqueira

Sul 2 (AS, AD e CS, VM) - responsável: Santo Amaro - Priscila Rio Branco

Norte 1 (ST, MG e JT) - responsável: Santana - Vivian da Cunha Soares Garcia

Norte 2 (CV, FÓ, PR e PJ) - responsável: Pirituba - Lúcia Cristina Medeiros Tarifa

Centro-Oeste (SÉ, IP, BT, LA e PI) - responsável: Sé - Cássia Aparecida Travensole

VI - EQUIPE DA SECRETARIA EXECUTIVA DO COMAS-SP

Ana Carolina do Nascimento Antônio

Ane Caroline Almeida de Laet

Joviana Aparecida de Souza Gargalac

Gessiane Sayuri Kudo

Marcela Luchetta Bressani

Max Nicola Gonçalves Lucio

Vanessa Rodrigues da Silva (Secretária Executiva)

VII – COMISSÃO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DAS DELIBERAÇÕES DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS – CMCDC

I - REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP

Conselheiro (a)s Sociedade Civil

Titulares:

Adriana Oliveira Gonçalves Bezerra (coordenadora)

Antônio Alexandre de Andrade Patto

Darlene Terzi dos Anjos Afonso Cazarini

Luis Lorente Vila

Marcos Antônio Muniz e Souza

Maria Cecília H. Mattos Apostolopoulos

Conselheiro (a)s Poder Público

Titulares:

Irma de Cassia Lins de Araújo

Vinícius Oliveira do Carmo (relator)

ASSESSORIA

INSTITUTO POTENCIAL – PROJETOS SOCIAIS

Indiana Del-Fré Ludviger

Gestora

Valéria Escudeiro Giovannetti

Coordenação Técnica

Ana Paula Monteiro Leite - Cássia Gorette - Elaine Aparecida M. B. Ramos - Isabel Bueno Jorge Artur Canfield Floriane - Mariza Tardelli - Paulo Cesar F. de Oliveira Renata Fonseca - Selma de Andrade Amaral

Equipe Técnica

Eduardo Pedro de Carvalho - José Armando Hussid - Laura Rodrigues

Coordenadores de Evento

Flávia de Almeida Dias - Ivone Meirelles - Jessica Santos Souza - Maíra Pompeu Renata Alves - Sandra Félix de Sousa

Relatoria

Antônio C. Heleno Victorio - Cesar Barbosa - Edvaldo Luiz Vicente da Silva Hellen Valença - Leonardo Menegon Rodrigues - Larissa B. Eidan Siqueira Maristela Freitas - Rodrigo Helfenstein

Apoio

Lista de Siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGPP	Assistente de Gestão de Políticas Públicas
ALESP	Assembleia legislativa do estado de São Paulo
AST	Assistente de Suporte Técnico
BPC	Benefício da Prestação Continuada
CA	Centro de Acolhida
CAE	Centro de Acolhida Especial
CAEF	Centro de Acolhida Especial para Família
CCA	Centro para Crianças e Adolescentes
CCJ	Centro de Convivência da Juventude
CDCM	Centro de Defesa e Convivência da Mulher
CEDESP	Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo
CF	Constituição Federal
CIB	Comissão Intergestora Bipartite
CMCDC	Comissão de Monitoramento e Acompanhamento das Deliberações das Conferências
CNAS	Conselho Nacional da Assistência Social
COC	Comissão Organizadora Central
COMAS	Conselho Municipal da Assistência Social
CONGEMAS	Conselho dos Gestores Municipais da Assistência Social
CONSEAS	Conselho Estadual da Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especial da Assistência Social
CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
DF	Direitos Fundamentais
DO	Diário Oficial
DREM	Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios
DRU	Desvinculação de Receitas da União
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da criança e do Adolescente
FAS	Fórum da Assistência Social
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
ILPI	Instituto de Longa Permanência do Idoso
INSS	Imposto Nacional Sobre Serviços
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LAI	Lei de Acesso a Informação

LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTQI+	Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transexuais, Questionando, Intersex e +
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NAISDA	Núcleo de Apoio à Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência
NOB	Norma Operacional Básica
NPJ	Núcleo de Proteção Jurídica
NUMEP	Núcleo Municipal de Educação Permanente
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PLAS	Plano Municipal de Assistência Social
PLP	Pré-Lista de Postagem
PMSP	Polícia Militar de São Paulo
PNAS	Plano Nacional de Assistência Social
PPA	Plano Plurianual
PRD	Programa de Regularização de Débitos não Tributários
PTR	Programa de Transferência de Renda
RG	Registro Geral
RH	Recursos Humanos
SAICA	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
SAS	Secretaria da Assistência Social
SASF	Serviço Social às Famílias
SEDS	Secretaria de Desenvolvimento Social
SICON	Sistema de Condicionalidades dos Programas de Transferência de Renda
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMSE/MA	Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
STF	Superior Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCM	Tribunal de Contas do Município de São Paulo
TEG	Transporte Escolar Municipal Gratuito

Lista de Quadros

N°	Nome	Página
Quadro 1	Programação	14

Quadro 2	Alterações no Regimento Interno	24
Quadro 3	Número de salas e participantes por Eixo	40
Quadro 4	Propostas Elaboradas nos Grupos: Eixo 1	43
Quadro 5	Propostas Elaboradas nos Grupos: Eixo 2	47
Quadro 6	Propostas Elaboradas nos Grupos: Eixo 3	51
Quadro 7	Propostas aprovadas de Âmbito Municipal	62
Quadro 8	Propostas aprovadas de Âmbito Estadual	70
Quadro 9	Propostas aprovadas de Âmbito Federal	72
Quadro 10	Síntese das Moções	75
Quadro 11	Delegados - Segmento: Organizações Sociais	102
Quadro 12	Delegados - Segmento: Usuários	102
Quadro 13	Delegados - Segmento: Trabalhadores do SUAS (Sociedade Civil)	102
Quadro 14	Delegados - Segmento: Trabalhadores do SUAS (Poder Público)	103
Quadro 15	Avaliações - Síntese das Respostas abertas	108
Lista de Gráficos		
Nº	Nome	Página
Gráfico 1	Participação por dia de conferência	15
Gráfico 2	Representatividade por segmentos: dia 11	16
Gráfico 3	Representatividade por gênero: dia 11	16
Gráfico 4	Representatividade por segmentos: dia 12	17
Gráfico 5	Representatividade por gênero: dia 12	17
Gráfico 6	Representatividade por segmentos: dia 13	18
Gráfico 7	Representatividade por gênero: dia 13	18
Gráfico 8	Número total de participantes nos grupos/salas	41
Gráfico 9	Delegados eleitos por segmento - Titulares	103
Gráfico 10	Delegados eleitos por segmento - Suplentes	104
Gráfico 11	Avaliações: Organização	105
Gráfico 12	Avaliações: Conteúdos	106
Gráfico 13	Avaliações: Trabalhos em grupo	106
Gráfico 14	Avaliações: Plenária Final	107
Gráfico 15	Avaliações: Infraestrutura	108

CARTA DA SECRETÁRIA

Comprometida com o diálogo sobre os desafios das políticas sociais, a cidade de São Paulo manteve a agenda, convocada a cada dois anos, e

promoveu a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social. Sociedade civil, poder público e usuários da rede debruçaram-se sobre a temática Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social.

Durante o evento foi debatido um conjunto de propostas referentes a diretrizes e normas do setor, como financiamento, democracia, desigualdade social, gestão, entre outras elencadas nas Conferências Regionais de Assistência Social, realizadas nos 32 territórios de atuação das Supervisões de Assistência Social (SAS). Os assuntos foram divididos entre os seguintes eixos:

1. Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado;

2. Política Pública tem que ter financiamento público;

3. A participação Popular garante a democracia e o controle da sociedade para a aplicação das instâncias municipal, estadual e federal. Ao todo, 80 propostas foram deliberadas.

Neste ano, o evento contou com a participação de 447 delegados, representando todos os segmentos do Sistema Único de Assistência Social. A presença foi de extrema importância já que todos tiveram direito a voto nas deliberações demonstrando assim o poder da cidadania.

Reitero, conforme mencionado nas Conferências Regionais, a relevância do envolvimento de todas as esferas para o estabelecimento de um diálogo aberto para resoluções efetivas para as problemáticas já que diferentes olhares ampliam as possibilidades.

A iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da cidade de São Paulo em manter o evento demonstra o compromisso com a população.

Berenice Giannella

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

APRESENTAÇÃO

A XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo foi lançada através da Resolução COMAS-SP nº 1474/2019, em 26 de junho de 2019, com a atribuição de “Avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência

Social - SUAS”, aderiu a proposta da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, com o tema: “*Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social*” subdividido em três Eixos, a saber:

- *Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado;*
- *Política Pública tem que ter financiamento público;*
- *A participação popular garante a democracia e o controle da sociedade.*

A XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo aconteceu nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2019, sendo o primeiro e último dias no Clube Homes, localizado à Avenida Paulista, nº 735, bairro Bela Vista, e no dia 12, no Espaço Maestro, à Rua Maestro Cardim, nº 1.170, Paraíso.

Neste ano de 2019, a Conferência Extraordinária da Assistência Social foi convocada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, através da Resolução nº 12, de 18 de abril de 2019, sendo revogada logo em seguida pela Resolução CNAS nº 15, de 25 de abril de 2019, apoiada no Parecer nº 00201/2019/CNOJUR-MC/CGU/AGU, que apontou a necessidade de quórum qualificado para fins de convocação do processo conferencial em caráter extraordinário. Desta forma, os representantes da sociedade civil do CNAS, do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social - CONGEMAS, outros atores e militantes da Política de Assistência Social de todo o território nacional trabalharam na direção da construção de um processo conferencial livre e democrático, mantendo assim em moldes diferenciados. A Conferência Nacional não foi convocada, conforme preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742/93 alterada pela Lei nº 12.435/2011, Art.18, item VI, que estabelece como competência do CNAS esta responsabilidade.

Mesmo com a previsão de realização das Conferências Nacional, Estaduais e Municipais a cada quatro anos, a partir de 1997, o CNAS vem convocando as Conferências a cada dois anos, de forma ordinária e extraordinária, respectivamente, entendendo que se trata de espaço importante para avaliação, consolidação e proposição de diretrizes para o seu aperfeiçoamento.

O coletivo da organização da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social publicou seis orientações/ informes, com textos de apoios e indicações para a realização das Conferências Municipais e Estaduais, além de abrir para os encaminhamentos das propostas advindas dos entes para a Conferência Nacional Democrática.

O COMAS-SP seguindo as orientações da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social aderiu a realização de 32 Conferências Regionais, cujos objetivos constam da Resolução COMAS-SP acima citada:

Art. 3º - Objetivo Geral:

I - Analisar e deliberar sobre a Política de Assistência Social e para o aperfeiçoamento e fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Município de São Paulo.

Art. 4º - Objetivos Específicos:

I - Ampliar a participação e o controle social na efetivação da Política Municipal de Assistência Social oficializado com o lançamento da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo e suas etapas;

II - Fortalecer a relação entre o Poder Público e a Sociedade Civil para uma maior efetividade na formulação, execução e controle da Política de Assistência Social;

III - Promover e qualificar a efetiva participação das Entidades ou Organizações, Trabalhadores e Usuários na formulação e no controle das políticas públicas;

IV - Estimular a participação da sociedade no planejamento e acompanhamento do ciclo orçamentário referente à Assistência Social;

V - Propor instrumentos de participação, monitoramento e de avaliação social na execução de Políticas Públicas de Assistência Social, bem como apresentar em seus graus os status das deliberações da XI e XII Conferência Municipal de Assistência Social, bem como Plano Municipal Decenal do SUAS;

VI - Assegurar que as deliberações da Conferência Municipal sejam a base para construção do Plano Municipal de Assistência Social - PLAS;

VII - Fornecer análise que possibilite a construção de diagnósticos regionais e municipal;

VIII - Instrumentalizar o COMAS-SP para a apreciação e aprovação da proposta do PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual) do Órgão Gestor;

IX - Eleger o(a)s delegado(a)s para a XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo nas 32 Conferências Regionais de Assistência Social;

X - Fomentar a articulação entre Fóruns, SAS, Subprefeituras, COMAS-SP e demais atores da Cidade de São Paulo voltados à Assistência Social.

O momento atual da Política de Assistência Social é de luta para a manutenção dos direitos conquistados através da Constituição Federal de 1988, o fortalecimento e garantia da proteção social à população que sofre com o aumento da desigualdade, da violência, das privações e, são nas crises econômicas que mais pessoas são atingidas pelos cortes orçamentários das

Políticas Públicas, *“especialmente aquelas que estão em condição mais desigual por questões de classe, etnia/raça e gênero”*.

Foi neste contexto histórico, político, econômico e social que aconteceram no período de setembro a outubro de 2019, as 32 Conferências Regionais de Assistência Social na cidade de São Paulo, mobilizando um total de 5.876 participantes e 7.209 inscritos.

As Conferências Regionais e a XIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo pautaram suas discussões, debates e proposições nos Informes nº 4 e nº 5 da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, os quais trouxeram uma análise da atual conjuntura política, econômica e social do país, além de um aprofundamento da temática e dos Eixos que foram trabalhados, com questões norteadoras para o debate. Estes dois informes fizeram parte do Manual do Conferencista tanto nas Conferências Regionais, quanto na Conferência Municipal.

A realização da XIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo contou com o apoio do Instituto Potencial - Projetos Sociais, assessoria contratada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS)/Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS-SP), para auxiliar no credenciamento e organização dos eventos e na prestação de serviços, compreendendo o planejamento operacional, execução, fornecimento de apoio logístico para os eventos e acompanhamento até a finalização de todas as atividades, relatórios das Conferências Regionais, da XIII Conferência Municipal de Assistência Social e Anais do processo conferencial, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência – Processo nº 6024.2019/0004409-6 – Pregão Eletrônico SMADS nº 29/2019, anexos ao Termo de Contrato nº 09/SMADS/19.

Conforme Termo de Referência, o número previsto de participantes nas Conferências Regionais era de 8.470 conferencistas, e como já apontado acima, 5.876 presentes, 30,6% menor.

A XIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo trabalhou a partir das 1.562 proposições advindas das Conferências Regionais que foram sistematizadas pela equipe técnica do Instituto Potencial - Projetos Sociais, perfazendo um total de 230 propostas, sendo 79 do Eixo 1; 74 do Eixo 2; e 77 do Eixo 3. A dinâmica estabelecida para a Conferência Municipal pautou-se em metodologia colaborativa, momento em que todos os conferencistas puderam debater e opinar sobre as propostas de fortalecimento e consolidação da Política de Assistência Social na cidade de São Paulo.

Entende-se por metodologia colaborativa aquela que propicia a participação dos envolvidos no processo, tendo como base o diálogo, a troca e a cooperação. É ferramenta que facilita a construção coletiva de reflexões e proposições.

Desta forma, o presente relatório apresentará o processo pelo qual foi construída a XIII Conferência Municipal de Assistência Social, abordando a Plenária de Abertura, os trabalhos em grupos, a Plenária Final com as propostas deliberadas para os âmbitos municipal, estadual e federal. Ao final, apresenta-se a avaliação do momento conferencial e a título de considerações finais a análise do processo conferencial de 2019.

• PROGRAMAÇÃO

A programação da XIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo foi deliberada pelos conferencistas no Regimento Interno.

Quadro 1 - Programação

1º DIA	11 de novembro
08h00 -	Início do credenciamento e recepção aos Conferencistas, Observadores e Convidados.
10h15 -	Composição da mesa, abertura e execução do Hino Nacional, saudação das autoridades.
11h15 -	Leitura e aprovação do Regimento Interno e Abertura Inicial Plenária.
13h00 -	Almoço.
14h30 -	Apresentação dos Eixos.
18h00 -	Encerramento.
2º DIA	12 de novembro
08h00 -	Registro de presença.
09h00 -	Trabalho em grupos.
13h00 -	Almoço.
14h30 -	Trabalho em grupos.
18h00 -	Encerramento.
3º DIA	13 de novembro
08h00 -	Registro de presença.
09h00 -	Plenária – Apresentação das propostas dos grupos.
11h00 -	Prazo para entrega de Moções.
13h00 -	Almoço.
14h30 -	Continuação da Plenária e apresentação das propostas dos grupos.
17h00 -	Referendo dos representantes/ delegados para a XII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo, II Conferência Estadual Livre e Democrática de Assistência Social do Estado de São Paulo e

	Conferência Nacional Democrática de Assistência Social.
18h00 -	Encerramento.

• ABRANGÊNCIA

Apresentamos a seguir a abrangência da XIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo por dias de sua realização. Foram três dias de Conferência, sendo o primeiro dia em plenária inicial, o segundo dia dedicado aos trabalhos em grupos para discussão das propostas provenientes das Conferências Regionais distribuídas por Eixos e o terceiro dia aconteceu a plenária final para deliberação das propostas e eleição e aclamação dos delegados para a XII Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo e os representantes para a Conferência Livre Estadual de Assistência Social e para a Conferência Nacional Democrática de Assistência Social.

O gráfico que segue representa a participação dos conferencistas por dia de Conferência Municipal:

Gráfico 1 – Participação por dia de conferência

No dia 11 de novembro de 2019, primeiro dia de Conferência contou com a participação de **535** pessoas, distribuídas por segmentos e por gênero conforme gráficos que seguem:

Gráfico 2 – Representatividade por segmentos: dia 11

Gráfico 3 – Representatividade por gênero: dia 11

No segundo dia de trabalho da Conferência contou com a participação de **469** conferencistas para os trabalhos em grupos nos Eixos propostos. Os gráficos que seguem demonstram esta participação por segmento e por gênero:

Gráfico 4 – Representatividade por segmentos: dia 12

Gráfico 5 – Representatividade por gênero: dia 12

O terceiro e último dia da XIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo contou com a participação de **447** conferencistas, conforme gráficos representativos que seguem:

Gráfico 6 – Representatividade por segmento: dia 13

Gráfico 7 – Representatividade por gênero: dia 13

• PLENÁRIA DE ABERTURA

A Plenária de Abertura iniciou-se às 10h25, com 439 conferencistas. O credenciamento realizado pela equipe da assessoria do Instituto Potencial - Projetos Sociais ocorreu a partir da 8h00, sob a responsabilidade de 13 pessoas dedicadas à tarefa de leitura do *QR Code* para o *check in*.

As atividades da Plenária foram iniciadas pelo mestre de cerimônias, Sr. Wilson Oliveira, que afirmou ser a Conferência um espaço para o entendimento sobre a importância do SUAS para todas as pessoas e desejou que o momento pudesse impactar na qualidade da proteção da Assistência Social, associada à qualidade dos serviços e acesso aos benefícios. Que o momento pudesse garantir e reafirmar o caminho das políticas dos direitos sociais. Deu boas-vindas a todos e todas, declarou a XIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo aberta e apresentou a composição da mesa.

• Composição da Mesa de Abertura

• Sra. Darlene Terzi dos Anjos Afonso Cazarini;	Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo (COMAS-SP).
--	---

• Sra. Juliana Cardoso;	Representante da Câmara Municipal de São Paulo.
• Sr. Douglas Alberto Carneiro;	Representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.
• Sra. Arlete Nago;	Representante da Secretaria do Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.
• Sra. Regina Conceição da Paixão Gomes;	Representante do Fórum da Assistência Social de São Paulo (FAS-SP).
• Sr. Alan Carvalho.	Representante do Fórum Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS

Com a finalização da chamada dos componentes da mesa, levantaram-se todos para a execução do Hino Nacional.



O primeiro da mesa a falar foi o Sr. Alan Carvalho, que deu bom dia a todos e todas e afirmou que a palavra do dia era “vencemos”. “*Vencemos obstáculos, desafios, e o SUAS resiste*”, afirmou. Pediu “barulho” aos conferencistas como resposta aos desmontes que estão acontecendo nas três esferas. Saudou a todos que estão comprometidos com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Disse que não é com uma canetada que iriam desconstruir a Conferência e não conseguiram: “*Não passarão!*”. Disse que é dever de todos estarem ali, fortalecendo e consolidando o Sistema e que haverá a Conferência Nacional Democrática e que irão derrotar cada um dos obstáculos.

A segunda da mesa a falar foi a Sra. Regina Paixão, que deu bom dia e disse “*Ufa, chegamos na Municipal!*”. Disse que estavam todos na Conferência da resistência e anunciou que iriam chamar os ‘Alexandres’ ou o ‘França’, representantes dos usuários, já que o representante “original” não havia

conseguido chegar. “Sem usuários não tem Conferência”, alegou ela, e dessa forma, os Srs. Alexandre Frederico e Alexandre Patto uniram-se à mesa.

A Sra. Regina continuou sua fala, ressaltando que estavam todos desmotivados, mas que não podiam perder a esperança, pois estão em luta pelo orçamento na Câmara para a Assistência Social. Afirmou que precisam de 280 milhões de reais para compor o orçamento para sobreviver, e que tiveram um aperto de 103 milhões. Disse que é preciso lembrar para o governo que a Assistência Social é um direito e que a Conferência Estadual Livre prevista para acontecer no sábado seguinte, também seria a Conferência de resistência. Por ser uma Conferência Livre, todos deveriam estar lá: *“Precisamos resistir, usuários e trabalhadores estão cada vez mais acuados”*. Prosseguiu apontando que em Santo Amaro estão prejudicados, há serviços fechando e o maior prejudicado é o usuário. Desejou muita força e muita coerência para terem propostas de qualidade na Conferência, para não serem tarefeiros, mas sim, parceiros dessa gestão social.

A terceira da mesa a se pronunciar foi a Sra. Arlete Nago, que deu bom dia e desejou a todos que conseguissem construir um caminho na defesa de todos os direitos e que caminhem nesse sentido.

O próximo a ter a palavra foi o Sr. Douglas Alberto Carneiro, afirmando que a Conferência é importante na construção da política pública e que é preciso reconhecer o ótimo trabalho de todos os envolvidos na sua organização. Que trata-se de um exemplo da democracia e que a Assistência Social é uma conquista da sociedade brasileira, atendendo as pessoas em vulnerabilidade e em situação de risco social. Complementou dizendo que a Assistência Social tem o compromisso de estabelecer todos os direitos, e que os Conselhos são instâncias dessa construção e participação. Finalizou desejando boa Conferência a todos.

O Sr. Alexandre Frederico, representante dos usuários, falou que a grande maioria dos delegados era de usuários e, portanto, cada território conseguiu trazer a sua realidade. Disse que estão todos nessa luta e que as propostas são muito importantes, pois é o que vai fazer valer a Conferência. Finalizou: *“Não desistam!”*.

A vereadora Juliana Cardoso foi a próxima a se pronunciar e saudou os conferencistas: *“Bom dia, povo de luta! Que os três dias aqui sejam importantes”*. Falou que foi um ano que perderam recursos do Governo Federal e que a cada dia vêm perdendo serviços, com muitos cortes, tanto no âmbito federal, quando no estadual e municipal. Disse que não conseguem prestar atendimento a todos, e que a cada dia, há mais desemprego, mais violência contra a mulher, mais encarceramento da população negra, desrespeito ao índio, e que essa é a realidade. E que o trabalhador da Assistência Social não

é aquele que só bate cartão e acaba o trabalho, pois ele fica o tempo que for preciso até acabar, porque sabe o quanto o trabalho da assistência é importante.

Ressaltou a necessidade d articulação, pois janeiro é um mês perigoso, uma vez que pode haver fechamento dos serviços, como os Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo - CEDESPs, nos quais ocorreram mais fechamentos nesse governo; da mesma forma que os Centros para Crianças e Adolescente - CCAs, que estão querendo transferir para a pasta da Educação. Para a Sra. Juliana, não está havendo clareza sobre o tipo de política que está sendo realizada, a não ser o pouco orçamento, pois estão querendo acabar com o serviço público. Para ela, recurso existe, o governo é que define que suas prioridades são as obras. Afirmou que está nas mãos de todos a mobilização necessária, pois o recurso é nosso. Disse a todos que não devem temer, pois é preciso enfrentar o governo. Pediu para que em janeiro, todos fiquem atentos para organizarem plantões para que o governo “*não passe por cima das nossas cabeças*”.

A Sra. Juliana continuou sua fala, parabenizando aqueles que estão todos os dias nas ruas, perseguidos. Afirmou que ela e todos estão ali porque são militantes do SUAS, e que irão defendê-lo até a última gota de sangue. Pediu licença para quebrar o protocolo e sair, porque precisava ir à inauguração da Casa das Mulheres, onde a polícia havia feito um cordão e impedido as mulheres que ali estavam, de adentrar o espaço para a inauguração.

A próxima a ter a palavra foi a Sra. Darlene Terzi, Presidente do COMAS-SP, que se disse bastante emocionada por terem chegado àquele momento, depois de uma conjuntura desfavorável, em que a Conferência Nacional havia sido cancelada com uma “canetada”. Disse que o movimento democrático está fazendo valer o esforço e que, “*com muito orgulho, aderimos e estamos juntos*”. Complementou dizendo que a Estadual Livre também está sendo organizada para fazer valer o nosso direito: o SUAS não contributivo. Para manter isso, uma grande luta frente ao desmonte – que vai além do corte e está trazendo a Assistência Social para o campo da benemerência e para virar curral eleitoral. Enfatizou que não se pode deixar a Assistência Social voltar a este patamar, lembrando de que no período da tarde, naquele dia, seriam discutidas as perdas e questões para fazer valer o trabalho e manter os serviços: “*É muito importante que a gente consiga trazer as propostas e que façamos elas valerem*”.

Para a Sra. Darlene, realidades diferentes foram constatadas nas Conferências Regionais, e estas diferenças foram trazidas para esta Conferência Municipal. Agradeceu a cada membro da Comissão Organizadora

Central - COC, sociedade civil, cada um que colaborou para as regionais ocorrerem.

Ao finalizar a fala dos componentes da mesa de abertura, o mestre de cerimônias retomou a palavra e convidou a Sra. Cássia Gorete, do Instituto Potencial - Projetos Sociais, para prestar uma homenagem.

A Sra. Cássia cumprimentou a todos, perguntou se estavam todos animados e agradeceu, primeiramente, ao Instituto Potencial - Projetos Sociais, dizendo que estava ali para prestar uma homenagem a todos que construíram o SUAS. Disse que São Paulo sempre foi palco de resistência e de muita luta para que pudéssemos estar ali naquele momento. Solicitou a todos que representassem o Conselho Municipal de Assistência Social para que ficassem em pé, tanto os que já foram membros, quanto os conselheiros da gestão atual, e pediu uma salva de palmas. Afirmou que não existe SUAS sem a representação da sociedade civil e do poder público, e em nome do Conselho e dos ex-conselheiros, o Instituto Potencial - Projetos Sociais estaria à disposição para que todos tivessem uma ótima Conferência. Entregou a Sra. Darlene um buquê de flores representando a todos e todas.

A Presidente do COMAS-SP declarou aberta a XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo sob uma salva de palmas.



- **Composição da Mesa de Trabalho**

O mestre de cerimônias convidou os representantes para ocuparem seus lugares na plateia e passou para a composição da Mesa de Trabalho.

• Sra. Darlene Terzi dos Anjos Afonso Cazarini;	Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo (COMAS-SP).
• Sr. David Oscar;	Conselheiro do COMAS-SP (representante da Sociedade Civil).
• Sra. Maria Cecília H. Mattos Apostolopoulos;	Conselheira do COMAS-SP (representante da Sociedade Civil).
• Sr. Écio Almeida Silva;	Conselheiro do COMAS-SP (representante da Sociedade Civil).
• Sra. Irma de Cássia Lins de Araújo.	Conselheira do COMAS-SP (representante do Poder Público).

O Sr. David Oscar, componente da mesa de trabalho, deu bom dia aos conferencistas e os orientou sobre a condução da leitura e aprovação do Regimento Interno.

- **Regimento Interno**

A minuta do Regimento Interno foi lida e os conferencistas realizaram os “destaques”. Após as discussões para a alteração dos artigos, a nova proposta de texto foi submetida à aprovação mediante votação da plenária. Segue abaixo o quadro com os destaques e textos aprovados:

Quadro 2 – Alterações no Regimento Interno

Nº	DESTAQUES	ALTERAÇÕES
01	Capítulo IV – Do Credenciamento. Artigo 7º	Mudança do texto, para alteração do horário de encerramento do credenciamento e inclusão dos delegados suplentes. Alteração do texto e exclusão do parágrafo único do artigo. Texto aprovado: “(…) com início às 8h00 e término às 16h30, havendo o credenciamento concomitante dos delegados suplentes (…).”
02	Capítulo IV – Do Credenciamento. Artigo 10º	Mantida a redação original. Destaque apenas para esclarecimentos.
03	Capítulo V – Da Programação. Artigo 11º	Esclarecimentos e alteração dos horários da programação e inclusão do referendo de delegados para a XII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo: <u>1º dia:</u> De 9h30 para 10h15 – Composição da mesa, abertura e execução do Hino Nacional, saudação das autoridades. De 10h30 para 11h15 – Leitura e aprovação do Regimento

		<p>Interno e Abertura Plenária Inicial.</p> <p><u>3º dia:</u></p> <p>De: Referendo dos representantes para a Conferência Estadual Livre e Democrática de Assistência Social do Estado de São Paulo e Conferência Nacional Democrática de Assistência Social</p> <p>Para: Referendo dos representantes/delegados para a XII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo, II Conferência Estadual Livre e Democrática de Assistência Social do Estado de São Paulo e Conferência Nacional Democrática de Assistência Social.</p>
04	<p>Capítulo VII – Dos Grupos. Artigo 16º</p>	<p>Alteração do número de participantes por grupo.</p> <p>Texto aprovado:</p> <p>Os participantes serão divididos em grupos de 40 a 60 integrantes, que devem, após apreciar as contribuições das Regionais, sistematizar em número de 05 (cinco) propostas as consideradas mais relevantes no âmbito municipal.</p>
05	<p>Capítulo VIII – Da Plenária. Artigo 18º, caput e § 3º</p>	<p>Esclarecimentos no § 3º e inclusão da eleição de delegados para a XII Conferência Estadual de Assistência Social (CONSEAS). Inclusão dos incisos I e II no Artigo 18.</p> <p>Texto aprovado:</p> <p>Art. 18º. A Plenária da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo é deliberativa e constituída pelos(as) Delegados(as) devidamente credenciados(as). A Plenária terá a competência de discutir, aprovar ou rejeitar, em parte ou na totalidade, o Regimento Interno; discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas consolidadas nos grupos de trabalho, além das moções encaminhadas pelos participantes, em conformidade com as regras estabelecidas neste Regimento Interno, bem como referendar os representantes para a II Conferência Estadual Livre e Democrática, e também eleger e referendar os delegados/representantes para a XII Conferência Estadual de Assistência Social (CONSEAS).</p> <p>I – Os delegados (as)/representantes para a XII Conferência Estadual de Assistência Social (CONSEAS) serão eleitos (as) por cada segmento: organizações sociais, trabalhadores (as) do SUAS (sociedade civil), usuários (as), Poder Público (Gestão e trabalhadores do SUAS do Poder Público), em Assembleia própria coordenada por um representante eleito entre os pares com apoio da empresa contratada e mediação de um representante do COMAS, de preferência do mesmo segmento.</p>

		II – Para a XII Conferência Estadual de Assistência Social serão eleitos 32 delegados/representantes com oito vagas por segmento.
06	Capítulo IX – Das Moções. Artigo 20º	Texto mantido.
07	Capítulo IX – Das Moções. Art. 21º, § 2º	Alteração do número de assinaturas para as Moções. Texto aprovado: § 2º. As moções apresentadas deverão indicar o destinatário, assunto e texto da moção, de acordo com o formulário entregue, além das assinaturas dos Delegados (as), que deverá corresponder a, no mínimo, 50 (cinquenta) assinaturas.
08	Capítulo X – Das Disposições Finais. Artigo 22º	Alteração do texto para conferir Certificado a todos os participantes, e não apenas, aos delegados. Texto aprovado: Será conferido Certificado a todos os participantes da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, ao término da plenária final.

Em regime de votação, o Regimento Interno foi aprovado na sua totalidade, com as alterações acima indicadas. A íntegra do documento encontra-se a seguir transcrita.

XIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

TEMA: “Assistência Social: Direito do Povo com financiamento Público e Participação Social”

CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1º. A XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo será presidida pela Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo (COMAS – SP) e realizada nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2019.

Art. 2º. A XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo foi convocada pelo Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo (COMAS – SP), por meio da Resolução COMAS-SP no 1.474/2019, de 26 de junho de 2019, tornando público o seu lançamento e a realização no âmbito municipal.

Art. 3º. A organização e o desenvolvimento da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo serão realizados pelo COMAS-SP, por intermédio da Comissão Organizadora Central (COC).

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 4º. A XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo constitui-se em instância que tem por atribuição a avaliação da Política da Assistência Social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 5º. A XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo tem por objetivo analisar, propor e deliberar, com base nas contribuições advindas das Conferências Regionais, as diretrizes para gestão e financiamento do Sistema Único da Assistência Social, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado.

CAPÍTULO III – DOS PARTICIPANTES

Art. 6º. Participarão da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, os seguintes atores:

- I.** Delegados (as), devidamente credenciados (as), com direito à voz e voto;
- II.** Convidados (as) definidos (as) pelo Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo, por meio da Comissão Organizadora Central – COC, devidamente credenciados (as), com direito à voz.
- III.** Observadores(as) eleitos(as) e referendados(as) nas Conferências Regionais.

Parágrafo Único. São observadores (as) natos (as), conselheiros (as) titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo (COMAS-SP) e delegados referendados nas Conferências Regionais, conforme Art. 11, item IV da Resolução COMAS/SP nº 1474/2019.

CAPÍTULO IV – DO CREDENCIAMENTO

Art. 7º. O credenciamento dos (as) participantes da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo será realizado no dia 11 de novembro de 2019, com início às 8h00 e término às 16h30, havendo o credenciamento concomitante dos delegados suplentes, com assinatura em lista de presença e confirmação no sistema de credenciamento, conforme metodologia aprovada pela Comissão Organizadora Central.

Art. 8º. O crachá de Delegado (a) é o instrumento que dá o direito ao voto na plenária da Conferência, sendo este pessoal e intransferível.

Art. 9º. Os (as) convidados (as) indicados pela Comissão Organizadora Central poderão se credenciar durante todo o período de realização desta Conferência Municipal.

Art. 10º. As excepcionalidades surgidas no credenciamento serão tratadas e resolvidas pela Comissão Organizadora Central.

CAPÍTULO V – DA PROGRAMAÇÃO

Art. 11º. A XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo acontecerá de acordo com as seguintes etapas:

1º dia:

8h00 – Início do credenciamento e recepção aos Conferencistas e Observadores e Convidados;

10h15 – Composição da mesa, abertura e execução do Hino Nacional, saudação das autoridades;

11h15 – Leitura e aprovação do Regimento Interno e Abertura Inicial Plenária;

13h00 – Almoço;

14h30 – Apresentação dos Eixos;

18h00 – Encerramento.

2º dia:

8h00 – Registro de presença;

9h00 - Trabalho em grupos;

13h00 - Almoço;

14h30 - Trabalho em grupos;

18h00 - Encerramento.

3º dia:

8h00 - Registro de presença;

9h00 - Plenária – Apresentação das propostas dos grupos;

11h00 – Prazo para entrega de Moções;

13h00 - Almoço;

14h30 - Continuação da Plenária e apresentação das propostas dos grupos com Moções;

17h00 - Referendo dos representantes/delegados para a XII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo, II Conferência Estadual Livre e Democrática de Assistência Social do Estado de São Paulo e Conferência Nacional Democrática de Assistência Social;

18h00 - Encerramento.

CAPÍTULO VI – DA TEMÁTICA

Art. 12º. A XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo terá como tema central “Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social”, conforme orientações da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social e o Movimento em Defesa da Democracia e da Política Pública de Assistência Social.

Art. 13º. O tema central será organizado em torno de 03 (três) Eixos Temáticos:

- Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado;
- Política Pública tem que ter financiamento público;
- A participação popular garante a democracia e o controle da sociedade.

CAPÍTULO VII – DOS GRUPOS

Art. 14º. Serão formados grupos de trabalho constituídos pelos participantes credenciados na XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, respeitando os 03 Eixos identificados.

Art. 15º. Os grupos de trabalho serão organizados de modo que cada grupo discuta um dos 03 (três) Eixos da Conferência. Deve-se assegurar que todos os Eixos sejam discutidos por, pelo menos, 01 (um) grupo.

Art. 16º. Os participantes serão divididos em grupos de 40 a 60 integrantes, que devem, após apreciar as contribuições das Regionais, sistematizar em número de 05 (cinco) propostas as consideradas mais relevantes no âmbito municipal.

§ 1º. As propostas para o âmbito Estadual e Federal serão encaminhadas em sua integralidade e totalidade para os respectivos entes federativos.

§ 2º. Cada grupo terá, ao menos, um Facilitador indicado pela Comissão Organizadora Central e um Relator eleito pelo grupo.

§ 3º. Cabe ao Facilitador do Grupo:

- Abrir e orientar a discussão;
- Esclarecer dúvidas técnicas relativas ao Eixo;
- Coordenar e mediar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;
- Assegurar que todas as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples;
- Controlar o tempo.

§ 4º. Cabe ao Relator:

- Registrar as propostas de deliberação do grupo em instrumento próprio;
- Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 5º. Fica estabelecido que as discussões no plenário serão registradas em áudio pela empresa contratada.

Art. 17º. Os grupos deverão deliberar em seu Eixo temático as propostas que serão apresentadas à Plenária da Conferência Municipal.

CAPÍTULO VIII – DA PLENÁRIA

Art. 18º. A Plenária da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo é deliberativa e constituída pelos(as) Delegados(as) devidamente credenciados(as). A Plenária terá a competência de discutir, aprovar ou rejeitar, em parte ou na totalidade, o Regimento Interno; discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas consolidadas nos grupos de trabalho, além das moções encaminhadas pelos participantes, em conformidade com as regras estabelecidas neste Regimento Interno, bem como referendar os representantes para a II Conferência Estadual Livre e Democrática, e também eleger e referendar os delegados/representantes para a XII Conferência Estadual de Assistência Social (CONSEAS).

I – Os delegados (as)/representantes para a XII Conferência Estadual de Assistência Social (CONSEAS) serão eleitos (as) por cada segmento: organizações sociais, trabalhadores (as) do SUAS (sociedade civil), usuários (as), Poder Público (Gestão e trabalhadores do SUAS do Poder Público), em Assembleia própria coordenada por um representante eleito entre os pares com apoio da empresa contratada e mediação de um representante do COMAS, de preferência do mesmo segmento.

II – Para a XII Conferência Estadual de Assistência Social serão eleitos 32 delegados/representantes com oito vagas por segmento.

§ 1º. A manifestação e ou intervenção dos membros da Plenária poderão ser feitas oralmente ou apresentadas por escrito e encaminhadas à Coordenação da Plenária Final.

§ 2º. As decisões da Plenária serão todas por maioria simples.

§ 3º. Cada Delegado terá direito a um voto.

§ 4º. As votações na Plenária serão feitas com a utilização de crachá de credenciamento de Delegado (a).

Art. 19º. A mesa colocará em discussão, sucessivamente, as conclusões e propostas apresentadas pelos grupos de trabalho para apreciação na Plenária, sendo possível solicitação de destaques para, posteriormente, serem colocadas em regime de votação. Já as moções devem ser lidas e, em seguida, aprovadas ou rejeitadas.

§ 1º. Os destaques terão a intervenção de dois participantes, um para defesa e outro para encaminhamento em contrário.

§ 2º. Não serão consideradas questões de ordem aquelas que forem compreendidas pela mesa como novo destaque, defesa de proposta ou esclarecimento durante o processo de votação.

§ 3º. Os pontos não destacados serão considerados aprovados por unanimidade pela Plenária Final.

§ 4º. Após o início do regime de votação, fica vetado qualquer destaque ou questão de ordem.

§ 5º. A Empresa Contratada garantirá apoio técnico no plenário da Conferência, nas manifestações constantes no presente artigo, bem como na contagem de votos.

CAPÍTULO IX – DAS MOÇÕES

Art. 20º. As moções poderão ser:

- Moção de Apoio;
- Moção de Repúdio;
- Moção de Recomendação.

Art. 21º. Para elaboração das moções os (as) Delegados (as) interessados (as) deverão retirar com a equipe de apoio o formulário próprio.

§ 1º. Os textos das moções deverão ser entregues à Comissão Organizadora, até às 11h do terceiro dia de Conferência.

§ 2º. As moções apresentadas deverão indicar o destinatário, assunto e texto da moção, de acordo com o formulário entregue, além das assinaturas dos Delegados (as), que deverá corresponder a, no mínimo, 50 (cinquenta) assinaturas.

§ 3º. A coordenação da mesa, após proceder à leitura, colocará em votação a moção apresentada.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22º. Será conferido Certificado a todos os participantes da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, ao término da plenária final.

Art. 23º. Os casos omissos serão apreciados pela Comissão Organizadora Central e submetidos à aprovação da Plenária.

Art. 24º. Este Regimento Interno entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

São Paulo - SP, 11 de novembro de 2019.

Comissão Organizadora Central - COC

XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo

- **Mesa Redonda**

A mesa redonda para discussão da temática da XIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, “**Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social**” e seus os três Eixos, (I) *Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado*, (II) *Política Pública tem que ter financiamento público* e (III) *A participação popular garante a democracia e o controle da sociedade*, foi composta pelos profissionais:

• Sra. Cássia Gorete;	Psicóloga e integrante do Instituto Potencial - Projetos Sociais (mediadora da Mesa Redonda).
• Sra. Valéria Escudeiro Giovannetti;	Mestre em Serviço Social e Coordenadora Técnica do Instituto Potencial - Projetos Sociais.
• Sra. Mirella Ferraz;	Doutora em Serviço Social e Assistente Social do Centro Pop Santana.
• Sr. Rodrigo Diniz;	Mestre em Serviço Social e Professor
• Sr. Ricardo Lima;	Assistente Social e Presidente do Fórum da Assistência Social de São Paulo (FAS-SP).
• Sra. Vânia Neri.	Doutora em Serviço Social e Psicóloga.



A primeira a explicar foi a **Sra. Valéria Escudeiro Giovannetti** que trouxe a síntese das 32 Conferências Regionais que aconteceram no período de 30 de setembro a 25 de outubro de 2019. Esclareceu que conforme Resolução do COMAS-SP nº 1502, de 13 de setembro de 2019, o período de

Conferência seria até o dia 22 de outubro, mas devido a falta de espaço, a Conferência Regional da Sé aconteceu em 25 de outubro.

Informou os números de participação da população no processo conferencial. A previsão inicial era de 8.470 conferencistas, baseado em estudo realizado a partir da Conferência de 2017. Para este processo de 2019, houve 7.340 inscritos, com 6.266 participantes. Chamou a atenção para a baixa na participação. Enfocou que o número de delegados previstos era de 1.020 para a Conferência Municipal, e o número de delegados eleitos foi de 713. Alertou para a questão de que, no momento, havia 435 delegados presentes, número ainda por ser fechado, pelo fato do credenciamento, conforme Regimento Interno deliberado pela plenária, se encerrar às 16h30.

Ainda em sua fala apresentou o número de propostas deliberadas nas Conferências Regionais e explicou a metodologia que a equipe técnica do Instituto Potencial - Projetos Sociais adotou para a sistematização das propostas, bem como para a dinâmica da Conferência Municipal nos trabalhos em grupos, a serem realizados no segundo dia.

Lembrou de que os facilitadores dos grupos são pessoas indicadas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, através das regionais e seus serviços, conforme desenho estabelecido pelo COMAS-SP, e que pelo número de delegados presentes até aquele momento, a distribuição do número de salas por Eixo ficaria da seguinte forma: quatro salas para o Eixo 1; três salas para o Eixo 2; e três salas para o Eixo 3 com 40 a 60 participantes.

Fez uma síntese das avaliações realizadas nas Conferências Regionais e aprofundou a importância desse processo avaliativo para revisão em Conferências seguintes.

Encerrou sua fala abordando a importância dos dados apresentados e que todos e todas possam levar esta reflexão para seus territórios.

A segunda componente da mesa a expor foi a **Dra. Mirella Ferraz** que abordou conteúdos relativos ao Eixo 1. Pontuou, inicialmente, sobre a composição da mesa ser de trabalhadores do SUAS e a importância desse fato. Esclareceu que a Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, e para este aprofundamento deteve-se em quatro diretrizes. A primeira diretriz indica o norte do que é direito do cidadão e dever do Estado. Argumentou que o sujeito do SUAS são os trabalhadores, gestores e usuários, e que estes devem entender a Assistência Social enquanto direito. Falou sobre o retrocesso atual da Política de Assistência Social, e que para reconhecê-la como direito há de se reconhecer a Constituição de 1988, como primeiro marco

histórico. Mencionou o retorno à filantropia na esfera do estado, enquanto gestão de uma política pública.

Na segunda diretriz refletiu sobre a consolidação do SUAS que ainda não se conseguiu superar, com fatos que têm acontecido cotidianamente, como a criação de serviços não tipificados, a diminuição de equipe de recursos humanos, que encontra-se em descompasso, na contramão da consolidação da Política de Assistência Social. Entrando na reflexão da terceira diretriz sobre a proteção social pública da Assistência Social, trouxe a reflexão sobre a reconstrução dos vínculos familiares, sociais e comunitários e o quanto a vigilância socioassistencial é fundamental como base de dados não somente para a Política de Assistência Social, como para as demais Políticas Públicas. Há a necessidade de reconhecimento das problemáticas do território e que se não houver esse reconhecimento, não há clareza do papel das proteções sociais e da necessidade de ampliação dos serviços de proteção.

Abordando a quarta e última diretriz, relacionou a vulnerabilidade e o risco social e o acesso aos serviços socioassistenciais para atender os diversos segmentos. Disse que a Política de Assistência Social não se faz sozinha, que há a necessidade do trabalho intersetorial acontecer. A complexidade posta hoje na sociedade é grande, e que todas as esferas das Políticas Públicas como saúde e trabalho, entre outras, repercutem na atuação dos trabalhadores do SUAS.

Para finalizar sua fala levantou a questão dos serviços dos CCAs serem transferidos para a pasta da Educação, o que descaracteriza totalmente a finalidade do serviço, que é de proteção social, e passaria a ser um contraturno escolar.

O próximo a proferir a palestra foi o **Sr. Rodrigo Diniz** que se aprofundou nos temas referentes ao Eixo 2. Apontou o desafio de pensar sobre o financiamento, que segundo ele, trata-se de “uma caixa de pandora”, dizendo que é uma temática que necessita de aproximações, reaproximações, e que para tanto, indicaria em sua fala algumas pistas e provocações.

Para iniciar, leu um trecho de um poema de Carlos Drummond de Andrade chamado “Nosso Tempo”, e disse que esse poema sinaliza muitas coisas do momento em que estamos vivendo, de gente “cortada”. Considerou tratar-se de um tempo triste e que a questão do financiamento está articulada com a realidade, tendo assim que estar com os pés no chão e fundamentou que as coisas estão conflituosas e que todos são sujeitos históricos: trabalhadores, usuários, gestores.

Trouxe questões históricas, lembrando de que tivemos 488 anos de faltas na história do País, de desproduções, de exclusões, de violência contra os pobres, contra os trabalhadores, mulheres, negros, e ações sempre no viés da cidadania regulável, ou seja, a cidadania que não é para todos, não é universal, chega, sem chegar, ela só atingia quando era contributiva, e em alguns espaços nos anos 80 havia necessidade de se provar que era trabalhador para poder ter acesso à saúde e ao atendimento médico.

Com a Constituição de 1988, se tem um traço de cidadania importante no horizonte, que é o reconhecimento que o país é cheio de questões estruturais, de desigualdade, historicamente postas. A Constituição vem marcar o quanto a sociedade é excludente e para um desenvolvimento futuro é preciso um pacto social, que é a “mansão” da Seguridade Social, a possibilidade do direito como uma matriz para mediar a vida civil e social, constituída pela Assistência, Saúde e Previdência Social.

Explicou que o financiamento do SUAS não é contributivo, é descentralizado, havendo a participação dos três entes federados – federal, estadual e municipal, devendo respeitar a diversidade do país, as especificidades regionais, urbanas e intraurbanas, pensando em uma cidade na dimensão de São Paulo com 11 milhões de habitantes, na qual suas áreas territoriais não têm autonomia financeira, tudo é centralizado em uma Secretaria sem transparência.

Reiterou que o financiamento é a base do sistema, é o elemento para a materialização da política, pois sem dinheiro, a política não é executada. Afirmou que o financiamento público na Assistência Social perpassa por instâncias de pactuação e negociação entre Estados, Municípios e União, como também pelos Conselhos, que têm como atribuição deliberar sobre as questões orçamentárias, observando que os repasses são fundo a fundo entre os entes federados. Essas transferências devem ser regulares para os fundos, e apontou para o atual contexto em que há atrasos dos repasses na ordem de 2 milhões para os municípios. E essa lógica de repasse deve estar ligada ao Plano Municipal de Assistência Social, aos índices de gestão com o IGD-SUAS, o Programa Bolsa Família.

Apresentou dados dos últimos anos de investimentos e recuos orçamentários, enfatizando o grau de desigualdade social pelo qual o país está vivenciando. Destacou a Emenda Constitucional nº 95/2016, segundo a qual o Brasil está em regime de restrição fiscal, com a proibição de recursos nas áreas sociais, lembrando que em 2017, a perda de investimentos na área social foi na ordem de 35%. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE revelam que em dez anos, o SUAS deixará de receber 38 milhões de reais.

Finalizando a sua explanação, parafraseou Criolo – *“Existe amor em São Paulo?”*

Afirmou que a tentativa de transferir serviços socioassistenciais de convivência para outra pasta é um desmonte da Assistência Social na cidade, e perguntou: *“Onde fica o respeito pelo Pacto Democrático?”* A Secretaria de Assistência Social vive na atualidade uma instabilidade política e administrativa, que em três anos passaram por ela cinco Secretários, e cada um com uma proposta, obedecendo à lógica maior que é a econômica, os trabalhadores não são ouvidos, as áreas estão esquecidas e os usuários distantes de qualquer mecanismo de diálogo.

Em seguida tomou a palavra o **Sr. Ricardo Lima**, expressando seu agradecimento por compor a mesa de discussão, enfatizando o quanto o momento conferencial é importante para a Política de Assistência Social.

Abordou sobre os temas do Eixo 3, ressaltando a importância do controle social exercido pelos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal, resgatando historicamente a criação dessas instâncias através da Constituição Federal de 1988. Assinalou que a LOAS nasce na Constituição, em conjunto com o Benefício de Prestação Continuada – BPC, e que os Conselhos são importantes, não somente para que as organizações sociais lá se inscrevam e consigam se habilitar para os Termos de Parcerias junto a SMADS, mas para que o controle seja realizado no orçamento e financiamento público da Assistência Social.

Parabenizou os conferencistas presentes argumentando ser um espaço de resistência, que neste momento todos são iguais para opinarem e votarem, e todos têm seus crachás para esta finalidade, é um lugar de fala. Lembrou, neste momento, que o Sr. José França, representante dos usuários foi a uma plenária do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo CONSEAS-SP para participar e foi cerceado como usuário. Entrou com uma solicitação na Defensoria Pública e hoje há espaço para a participação no citado Conselho.

A próxima a se apresentar foi a **Dra. Vânia Neri** realizando a análise de conjuntura da Assistência Social. Iniciou dizendo aos presentes o quanto era bom estar neste momento de resistência, lembrando os momentos importantes que precisa ser preservado em defesa de uma política que está no “sangue”, disse considerar-se uma militante do SUAS, trabalhadora e trouxe algumas ideias para conversar.

Iniciou com uma indagação: *“Que contexto sociopolítico é esse que estamos vivendo atualmente?”*. Esclareceu que fazer uma discussão dentro dos Eixos para se entender que País é esse, e no que se tornou, é deslocar e tornar a conferência algo burocrático. É pensar que esses conteúdos estão

inseridos em um contexto sociopolítico que é grave. Que não foge da atual situação da Política de Assistência Social do País e em São Paulo, e iniciou retomando a importância da conferência.

Alegou que Conferência tem o compromisso de fazer o resgate da história desses dois últimos anos, de 2017 a 2019, tem a tarefa de atualizar as informações, os contextos dos territórios, as vulnerabilidades mais intensas que se agravaram nesses últimos dois anos, a tarefa de projetar e propor novos caminhos, novas exigências, mas acima de tudo, *resistir*. A resistência em São Paulo e no país, desafiam cotidianamente a criar resistência sobre o desmonte do SUAS. Nesse sentido, o desafio atual das Conferências, gira em torno do resistir, na imposição hierárquica para não realização das Conferências.

Pontuou que os Municípios, os Estados são entes federativos autônomos, o não chamamento da Conferência Nacional não significou para muitos municípios a não realização da Conferência. O primeiro movimento de resistência importante, o segundo é reconhecer essa autonomia dos municípios, é reconhecer autonomia da sociedade civil, dos usuários, dos trabalhadores, no chamamento da sua Conferência Municipal e resistir reconhecendo a validade da conferência para mudanças de rumos, para assistência social. Argumentou o quanto é fundamental todos se apropriarem desse momento. E resistir também significa, aceitar a democracia participativa, porque a conferência é a expressão máxima do processo de democracia participativa.

Referiu-se que o objetivo do momento conferencial era para refletir sobre a defesa intransigente da importância, da manutenção da Política de Assistência Social, enquanto instrumento de proteção social, não é o único instrumento de proteção social, mas é o que está mais próximo do cidadão, está mais antenado com a complexidade da realidade social, as demandas sociais chegam para a Assistência Social com complexidade, mesmo que não seja de sua competência dar conta daquela demanda na atenção ao cidadão, o objetivo é fazer a defesa, dentro da proteção social.

Lembrou-se da ameaça que o SUAS está vivenciando no País atualmente, de tornar a Política de Assistência Social como uma política de governo, e deixar de ser uma política de Estado, reforçando que o SUAS é uma política de Estado, não é uma política de governo. O desmonte é caracterizado com essa intenção de dar uma maquiada nas normativas do SUAS e tornar uma política do governo atual. Um segundo elemento citado foi a ideia da Política de Assistência Social ser permanente, ela não pode ser temporária, ela não pode ser hoje “sim” amanhã “não”, tem que estar disponível para o cidadão, permanentemente, quando se estabelece programas, se fragiliza serviços tipificados, se esvazia o conteúdo da Política de Estado, privilegia

ações pontuais e política de Estado não são ações pontuais, emergenciais, de “apagar o fogo”.

Acrescentou uma outra ameaça que é a unidade nacional. O SUAS foi pensado como uma política que teria características nacionais de implementação, considerando as particularidades territoriais, com identidade nacional. Exemplificou neste sentido que, quando se fala de um CRAS, de um CREAS, de um Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, deve ser reconhecido pelo cidadão, e isso significa unidade nacional, é uma marca para que o cidadão reconheça.

Outra ameaça lembrada são as ofertas, os serviços, a tipificação está sendo ameaçada. A tipificação diz quanto somos, para atender o quê, para dar qual tipo de oferta, dar unidade as ofertas de serviços da Assistência Social. A ameaça se faz presente na medida em que se criam programas e projetos que estão fora da tipificação, está se estabelecendo imposições de serviços ou de projetos que não tem a identidade clara com a história da Assistência Social.

Outro desafio assinalado foi a questão entre dever do Estado. *O que de fato é dever do Estado? O que de fato é responsabilidade pública ou privada?* Quando se diz que a Assistência Social é direito, é de responsabilidade pública, se diz que ela pode ser reclamada. Se é de responsabilidade privada, ela não pode ser reclamada. O cidadão só pode reclamar o direito quando ele é claramente colocado na dimensão pública. Isso não foi superado. Este é o cotidiano de trabalho, a convivência entre tutela, ajuda e o direito. Os discursos hoje podem ser discursos de direito, mas na prática são de ajuda e tutela. A política de Assistência Social é uma política de profissionais, ela requer qualidade para dar conta da complexidade da realidade brasileira.

Finalizando, citou o artigo 6º da Constituição Federal que diz o que são direitos sociais, direito à habitação, à saúde, à maternidade, etc. Assim, é responsabilidade do Estado prover os direitos sociais, há uma discussão do governo atual, de colocar um parágrafo único condicionando a cobertura dos gastos sociais à saúde fiscal do país, é uma potencialização da Emenda Constitucional 95/ 2016, essa ameaça está presente na modificação de um artigo extremamente importante para as políticas sociais no Brasil. Portanto, não há por parte da atual gestão nenhuma preocupação com o acesso aos direitos sociais.

Terminou sua fala enfatizando a importância de se utilizar os espaços de conferência, coletivos e fóruns regionais, como locais de busca, de resistência. Agradeceu aos conferencistas.

Em seguida abriu-se para questões dos conferencistas à mesa que versaram sobre o orçamento público, o papel da Conferência enquanto espaço democrático, e neste momento de resistência, desmonte dos serviços e, conseqüentemente, da Política de Assistência Social na cidade de São Paulo, bem como sobre o enfrentamento à Emenda Constitucional 095/2016.

Todos os componentes da mesa responderam às indagações, aprofundando as reflexões e questões postas pelos conferencistas. A Dra. Vânia Neri encerrou a mesa retomando a importância do espaço das Conferências, enquanto lugar coletivo e enfatizou que o debate dos Eixos deve recortar a dimensão política, dizendo que são temas sobre o momento atual, são bandeiras, é o momento do corte do orçamento, do ataque à participação social e onde o direito não é reconhecido.

As apresentações dos palestrantes constam em Anexo neste documento.

• METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida na XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo teve como alicerce as propostas aprovadas nas 32 Conferências Regionais de Assistência Social, as quais foram sistematizadas de acordo com os Eixos Temáticos, indicadas as incidências por elas apresentadas e dispostas no Manual do Conferencista.

Cumprir informar que, no dia anterior ao trabalho em grupo, a coordenação técnica reuniu-se com os facilitadores retomando o passo a passo da metodologia proposta, e colocando-se à disposição para os trabalhos. Todos foram orientados quanto à importância de seguir a metodologia.



Nas salas onde aconteceram os debates em torno de cada Eixo Temático as propostas foram organizadas em tarjetas e afixadas na parede para que fossem realizados os trabalhos em grupos.

Cada grupo de trabalho foi mediado por dois facilitadores, indicados pelas regionais, que convidaram os conferencistas a percorrerem a sala para a leitura das propostas, e após discussão em subgrupos, as tarjetas com conteúdos semelhantes foram agrupadas e/ou aproximadas. As tarjetas, ao final da dinâmica, apresentaram outro desenho na sala.

A partir do desenho formado e da leitura das propostas, os facilitadores abriam a discussão para o grupo, provocando a reflexão dos participantes, que passaram a contribuir propondo manutenção, nova redação ou supressão da proposta redesenhada, enquanto o relator, eleito pelo grupo, realizava a digitação das propostas aprovadas pelo grupo.

Finalizado este processo, os facilitadores do mesmo Eixo reuniram-se para fazer a aproximação e sistematização das propostas das diferentes salas, a fim de encaminhá-las à Plenária Final, que ocorreu no dia subsequente ao trabalho nos grupos.

4.1. Panorama do desenvolvimento dos Trabalhos em Grupos

O debate, aprofundamento e motivação das temáticas foram apresentados aos conferencistas no primeiro dia de trabalho por meio de palestras realizadas na Plenária de Inicial, que detalharam alguns conceitos básicos indicados nos textos base e orientações metodológicas delineadas para alcançar os objetivos da Conferência de Assistência Social de 2019.

Conforme programação aprovada, no dia 12/11, segundo dia de Conferência, os conferencistas foram encaminhados aos grupos de trabalho,

subdivididos em Eixos Temáticos, definidos no momento do credenciamento com uma pulseira que os distinguia do grupo a que pertencia: azul – Eixo 1, verde – Eixo 2 e laranja – Eixo 3. No total, os participantes foram divididos em 10 salas/grupos, conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 3 - Número de salas e participantes por Eixo.

	Nº DE SALAS	NÚMERO DE PARTICIPANTES:	Facilitadores
EIXO 1.	Grupo 1	52	Eliana Neto e Rafael Teixeira Martins.
	Grupo 2	58	Rafael Rodrigo de Lima Santos e Cláudia Rodrigo.
	Grupo 3	21	Priscila Marcandalli e Maria de Fátima Araújo
	Grupo 4	38	Edson Junior de Souza e Janaína Silva de Santana
	Subtotal	169	
EIXO 2.	Grupo 1	41	Felipe Bazo Torres e Cláudia Cirillo
	Grupo 2	39	Bruna Carolina Monteiro e Nelly Youssif Monteiro
	Grupo 3	47	Tatiane Aparecida Barbosa da Silva e Ester Francisco da Silva
	Subtotal	127	
EIXO 3.	Grupo 1	42	Josemar Alves dos Santos e Isabela Cristina de Oliveira
	Grupo 2	60	Vanessa dos Santos Rufino Silva e Márcia Plínio Soares
	Grupo 3	56	Sabrina Moreira Amaral e Fernando Assis Bento
	Subtotal	158	
TOTAL:		454	

Gráfico 8 – Número Total de Participantes nos grupos/salas

Cumpramos informar que, no dia anterior ao trabalho em grupo, a coordenação técnica reuniu-se com os facilitadores retomando o passo a passo da metodologia proposta, e colocando-se à disposição para os trabalhos. Todos foram orientados quanto à importância de seguir a metodologia.

Cada grupo contou com o apoio de dois facilitadores indicados pela Comissão Regional e um relator eleito pelo grupo. É necessário destacar, que os facilitadores que atuaram na XIII Conferência de Assistência Social de 2019 contribuíram para fomentar a participação do grupo e facilitar a discussão dos temas, desenvolvendo a metodologia proposta.



Neste momento, foi feita a coleta das listas de presenças e algumas indicações de intenção de delegados.

Finalizados os trabalhos as propostas foram salvas em *pen drive*, pela equipe de sistematização do Instituto Potencial - Projetos Sociais, e levadas à Plenária Final.

As propostas deliberadas pelos grupos de trabalhos são as descritas a seguir, observando que as propostas indicadas como “a)”, “b)” e “c)” foram as propostas que o grupo aproximou, por similaridade, contudo, não chegou a consenso para proposição de redação, deliberando pelo encaminhamento das mesmas a Plenária Final.

EIXO 1 – ASSISTÊNCIA SOCIAL É UM DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO

A discussão acerca da temática abordada pelo **Eixo 1 - Assistência Social como direito do Povo**, e, conseqüentemente, as propostas indicadas

pelo grupo é a afirmação de um direito constitucional previsto no artigo 203 da Constituição Federal de 1988.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Embora previsto na Carta Magna, vivemos em um contexto sociopolítico e cultural onde há, de fato, a necessidade da reafirmação de direitos, fazendo apontamentos sobre a responsabilidade da Assistência Social, em especial, propondo um olhar sobre as desproteções geradas pela desigualdade social, que tem suas origens no capitalismo. É o que reflete as conclusões alcançadas pelo grupo do Eixo 1, nos âmbitos municipal, estadual e federal, conforme passamos a descrever.

Quadro 4 – Propostas elaboradas nos grupos: EIXO 1

EIXO 1 – ASSISTÊNCIA SOCIAL É UM DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO

ÂMBITO: MUNICIPAL

- Implantar Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) nas regiões, conforme análise dos territórios, com RH proporcional a demanda.
- **a)** Ampliar e garantir a manutenção de toda a rede de serviços socioassistenciais previstos na tipificação nacional de acordo com a demanda de cada território, suas vulnerabilidades e riscos sociais, de forma a garantir os direitos da população.

2. b) Implantar e ampliar serviços tais como Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), Centro dia para idosos e pessoas com deficiência (intelectual), Centro de Acolhida Especial para Família (CAEF), Centro de Acolhida (CA), Repúblicas para adolescentes e pessoas LGBTQI+, Residências Inclusivas, serviço de acolhimento e proteção a mulheres, com ou sem filhos, em situação de rua ou em alta vulnerabilidade.

- Ampliar os horários dos serviços de CA de 16h para 24h, pois não contemplam as demandas dos usuários (atualmente questões de horários, entradas e saídas para trabalho, estudo, lazer, não são contemplados).
- Garantir a todos os serviços tipificados da rede socioassistencial – Proteção Social Básica e Especial (média e alta complexidade) o item de despesa ‘Horas Técnicas’.
- Garantir a continuidade dos Centros para Crianças e Adolescentes (CCA’s) na Política de Assistência Social, entendendo sua especificidade de atuação, com equipe multiprofissional para efetivar o direito e proteção à criança e adolescente.
- **a)** Fomentar ações socioeducativas para o fortalecimento e estímulo da divulgação de informações na mídia (digital, impressa, audiovisual), e seminários regionais, a respeito dos direitos estabelecidos, para ampliar o conhecimento dos serviços CRAS/CREAS/CENTROPOP/rede socioassistencial, conselhos participativos e a forma de acessá-los.

6. b) Criar e ampliar o acesso à informação das políticas públicas, por meio de campanhas e materiais informativos expostos e distribuídos em todos os equipamentos da rede e espaços públicos em geral, assim como em todas as mídias digitais, sob aprovação do COMAS-SP.

- Garantir políticas públicas direcionadas a todos os imigrantes e indígenas, descentralizando serviços e respeitando as especificidades culturais dessas populações, para atendimento especializado em programas, projetos, serviços e benefícios específicos. Em relação às populações indígenas garantir os serviços supracitados nas terras indígenas.
- Assegurar, na execução da Política Pública da assistência social, que a população LGBTQI+ seja respeitada em sua identidade de gênero e sexualidade sem interferência religiosa ou moral, respeitando a laicidade constitucional.

- Assegurar o SUAS como política pública. Defesa do SUAS como política de Estado e não de GESTÃO.
- Efetivar o Plano Municipal de Educação Permanente por meio do NUMEP (Núcleo Municipal de Educação Permanente) conforme Resolução nº 04 do CNAS de 13/03/13, garantindo o acesso aos trabalhadores, usuários e gestores, de forma a abranger as temáticas específicas de cada território.
- Criar um banco de dados que permita ao trabalhador do SUAS consultar o histórico do usuário, suas demandas e por quais serviços ele passou, que seja alimentado também por trabalhadores das demais secretarias.
- Efetivar a reformulação da portaria 46/SMADS/2010, garantindo o controle e participação social, com aprovação do COMAS-SP.
- Realizar novos concursos públicos para profissionais da Assistência Social (SUAS), com a expansão do quadro funcional, a fim de assegurar a efetividade da política pública nos territórios e difundir informações e conhecimentos produzidos em âmbito local, além de garantir o chamamento dos classificados conforme prazo pré-estabelecido no edital.
- Garantir Observatório de vigilância socioassistencial para cada SAS, com a implantação dos cargos de Sociólogo, Historiador, Geógrafo a fim de assegurar a efetividade da política pública nos territórios e difundir informações.
- Readequar as vagas dos serviços socioassistenciais da rede conveniada à Proteção Social Básica, com exceção do SASF (em função do atendimento e acompanhamento familiar), de acordo com as demandas e necessidades dos cidadãos, sem limitações de abrangências territoriais.
- As/os Supervisoras/es de SAS deverão ser servidores públicos de carreira, com formação superior em Serviço Social, de modo a romper com as relações político-partidárias, que sobrepõem a Política Pública de Assistência Social.
- Garantir a democratização das informações da rede socioassistencial por meio de uma central de atendimento da Assistência Social, utilizando-se das mídias sociais e informativos diversos.

- Disponibilizar aos técnicos dos SASF – Serviço Social às Famílias e NPJ – Núcleo de Proteção Jurídica, o acesso ao sistema de condicionalidades dos programas de transferência de renda (SICON) com o objetivo de desburocratizar o atendimento aos usuários acompanhados pelos respectivos serviços acima citados, que atualmente dependem do atendimento técnico do CRAS.

ÂMBITO: ESTADUAL

- Garantir os valores ofertados pelos programas de transferência de renda assegurando o reajuste anual de acordo com o IPCA (índice oficial de inflação no Brasil).
- Garantir a plena divulgação nos âmbitos federal, estadual e municipal, dos direitos socioassistenciais através das mídias sociais (cartilhas, meios de transporte, redes sociais, etc.) para democratizar o acesso à informação.

Revisar, fiscalizar e aumentar a renda per capita, visando à expansão dos benefícios do Programa Renda Cidadã e do programa Ação Jovem.

ÂMBITO: FEDERAL

- Reduzir a idade do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos, de 65 para 60 anos garantindo o valor do salário mínimo.
 - Restituir o Ministério, específico, da Assistência Social.
 - **a)** Revogar a Emenda Constitucional 95 de 2016, para garantir a consolidação da Lei Orgânica da Assistência Social.
- 3. b)** Revogar a Emenda Constitucional de 95, a partir da Conferência Regional de Assistência Social, evidenciando a necessidade de derrubá-la para garantir a consolidação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).
- Garantir os valores ofertados pelos programas de transferência de renda assegurando o reajuste anual de acordo com o IPCA (índice oficial de inflação no Brasil).
 - **a)** Reavaliar os critérios de acesso aos programas, projetos e benefícios sociais, contemplando o maior número de usuários dos serviços, que necessitam de assistência.
- 5. b)** Ampliar a cobertura e acesso aos Programas de Transferência de Renda.

5. c) Rever a renda per capita para concessão de programas de transferência de renda e benefícios, bem como os valores ofertados por estes, de forma que contemplem as necessidades sócio econômicas das famílias, permitindo, quando necessário, que os técnicos dos CRAS efetuem o requerimento de tais benefícios para os usuários.

6. Garantir a plena divulgação nos âmbitos, federal, estadual e municipal, através das mídias sociais (cartilhas, meios de transporte, redes sociais, etc.) e também presencialmente por meio das OSC's dos serviços diretos e líderes comunitários, os direitos socioassistenciais para abranger o maior número de usuários da Assistência Social.

EIXO 2. POLÍTICA PÚBLICA TEM QUE TER FINANCIAMENTO PÚBLICO

SIM... Política Pública tem que ter orçamento público!!! A temática propôs aos conferencistas a qualificação do debate acerca do orçamento que queremos para a cidade e de quem é a responsabilidade em cada esfera de governo. Discutindo a sua insuficiência, irregularidade e incerteza.

Na cidade de São Paulo esta questão urge ainda mais, dada a sua dimensão e diversidade apresentada. Haja vista, as demandas apresentadas pelas 32 Regionais, que, apesar das diferenças, apresentaram propostas comuns e que, de certa forma, parecem óbvias diante da grandeza da população desprotegida e o constrangimento da cobertura imposta pelo seu desfinanciamento e ruptura do pacto federativo e da oferta das seguranças previstas na LOAS.

As propostas deliberadas pelo grupo do Eixo 2 são as descritas a seguir.

Quadro 5 - Propostas elaboradas nos grupos: EIXO 2

EIXO 2. POLÍTICA PÚBLICA TEM QUE TER FINANCIAMENTO PÚBLICO

ÂMBITO: MUNICIPAL

- Alterar o instrumento legal que estabelece os critérios financeiros de locação de imóvel para execução dos serviços socioassistenciais, garantindo repasse do valor do aluguel de acordo com o valor real do imóvel e, não de acordo com o valor venal, sendo incluso também o valor do IPTU respeitando as especificidades do território.

- Garantir em lei que o município repasse a verba ajustada para os Serviços Socioassistenciais tipificados conforme a inflação anual tendo como referência o IPCA, atendendo todos os itens previstos na PRD, acabando com a disparidade.
 - **a)** Assegurar que o Município se responsabilize pelo repasse dos cofinanciamentos (do Estado e da união).
- 3. b)** Cobrar o repasse dos recursos federais destinados a Assistência Social do município.
- **a)** Realizar concurso público e efetivar a convocação e nomeação, garantindo o aumento de RH de CRAS/ CREAS, Centro POP e Gestão, conforme NOB RH, Resolução 17 CNAS/2011, abrangendo todos os cargos vagos de distintas carreiras que compõe o SUAS.
- 4. b)** Quanto aos recursos humanos: Efetivar a NOB RH por meio de concurso público, com previsão orçamentária na periodicidade de quatro anos. Assim como ampliar o quadro de recursos humanos (RH) dos Serviços Socioassistenciais, revendo os custeios dos serviços, bem como equiparação dos salários dos trabalhadores SUAS, poder público e sociedade civil, com as demais Secretarias.
- **a)** Passe livre para os usuários da Assistência Social.
- 5. b)** Garantir orçamento para transporte aos usuários a fim de facilitar o acesso dos mesmos aos Serviços Socioassistenciais da proteção básica e proteção especial de acordo com a necessidade do território.
- Criar portaria que regulamente os benefícios eventuais no âmbito dos CRAS/CREAS, garantindo fonte de recurso adequado para concessão dos mesmos, que não seja adiantamento direto, já reconhecido pelo TCM como via inadequada.
 - Fortalecer o COMAS, visando:
 - Assegurar efetivamente e tempestivamente a análise e aprovação das contas do fundo municipal submetidas pela SMADS, impedindo a redução de recursos destinados ao financiamento de serviços, programas, projetos e benefícios;

- Criar comissões regionais para fiscalizar como os recursos financeiros estão sendo investidos na Assistência Social;
 - Ampliar a visibilidade das decisões tomadas pelo COMAS, quanto a destinação e fiscalização das aplicações de recursos aos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social, para além do Diário Oficial, por meio da criação de canal de comunicação com fácil acesso e compreensão para a população;
 - Ampliar o orçamento do COMAS para que conselheiros executem suas funções e possam fiscalizar efetivamente os equipamentos e recursos públicos.
-
- Garantir infraestrutura para funcionamento dos Conselhos e Fóruns Regionais (mídia impressa, mídia digital, alimentação e espaço físico apropriado).
-
- **a)** Manter e ampliar o número de serviços, vagas e recursos destinados ao seu financiamento, sem corte destes, buscando atender as demandas estimadas em levantamentos de “vazios socioassistenciais” e similares, para todos os serviços tipificados, além de programas e projetos, possibilitando a cobrança pública destas execuções.
-
- 9. b)** Garantir verba orçamentária para manutenção e ampliação da rede de serviços da proteção social básica e proteção social especial, média e alta complexidade para todas as faixas etárias previstas na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, em locais de alta vulnerabilidade, em todos os territórios da cidade, baseados em estudos de demandas dos observatórios regionais (Conforme NOB RH), e na realidade de crescimento populacional da cidade de São Paulo.
- Integrar os sistemas de informática da SUAS com os demais sistemas existentes da gestão municipal, tais como: orçamentos, finanças, recursos, humanos, entre outros. Com o objetivo de transparência para que não só os diferentes gestores do SUAS, mas os demais usuários e trabalhadores do sistema SUAS, para que toda a cadeia relacionada com objetivo fim, seja controlada e monitorada pelos diferentes níveis hierárquicos.
-
- Revogação do Decreto 58.636 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a renegociação dos instrumentos jurídicos de coleta e

tratamento de lixo, ações de saúde e assistência social, bem como sobre análise da prestação de contas de ajustes já encerrados.

- Garantir anualmente a concessão de parcela adicional no valor de um repasse mensal para manutenção do imóvel e adequação a ABNT.
- Defender o fim da emenda constitucional N°95, de 15 de Dezembro de 2016, e o fim da desvinculação da receita da união. (que o município defenda).
- Publicizar de forma acessível e de fácil compreensão, os recursos públicos e prestação de contas anuais da Assistência Social.
- Investir na criação de mecanismo de confrontação de dados autodeclaratório relacionados do perfil socioeconômicos das famílias atendidas pela ação social usando a destinação correta dos recursos do governo federal, estadual, municipal.

ÂMBITO: ESTADUAL

- Retornar o Programa Ação Jovem nos municípios que findaram a execução, ampliar o programa nos municípios existentes garantindo a parceria com empresas de transportes possibilitando o direito do usuário de ir e vir.
- Ampliar o repasse de verba para retorno e implantação do Programa Bom Prato para todos os distritos e municípios de São Paulo.
- Pactuar na CIB (Comissão Intergestora Bipartite) o cofinanciamento Estadual dos Centros de Acolhida Sigilosos para Mulheres em Situação de Violência, uma vez que frequentemente as mulheres com ou sem filhos necessitam mudar de Município para se protegerem dos agressores e tenham possibilidade de construir sua autonomia.

- Garantir o pactuado com relação ao repasse de verbas estaduais a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para os Serviços Socioassistenciais da proteção básica e proteção especial. O não cumprimento dentro no prazo gera multas e correções legais.
- Garantir orçamento para transporte aos usuários, de acordo com sua demanda, a fim de efetivar os encaminhamentos realizados pelos Serviços Socioassistenciais da proteção básica e proteção especial.
- Cumprir o pleno do orçamento municipal da Assistência Social.

ÂMBITO: FEDERAL

- Fortalecer o SUAS, a partir da:
 - Extinção de leis e impedimento da criação de novas que permitam a desvinculação de receitas e garantia da transferência da receita carimbada para a Assistência Social;
 - Reforma tributária que garanta o aumento da tributação sobre grandes fortunas e heranças, a volta da tributação sobre lucros e dividendos, da ampliação de para 18% da CSLL – Contribuição Social Sobre Lucro Líquido;
 - Implementação de alíquotas progressivas de imposto de renda para os grandes rendimentos;
 - Implantação de imposto geral sobre a movimentação financeira acima de R\$ 10 mil reais e Auditoria da Dívida Pública Brasileira.
- Revogar as Emendas Constitucionais 93/2016 que prorroga a desvinculação de receitas da União (DRU) até 2023 dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios (DREM) e 95/2016 que preconiza o congelamento de investimentos de recursos financeiros para seguridade social por vinte anos.
- Garantir o pactuado com relação ao repasse de verbas federais a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para os Serviços Socioassistenciais da proteção básica e proteção especial. O

não cumprimento dentro no prazo gera multas e correções legais.

- Ampliar o orçamento destinado aos Programas de Transferência de Renda.
- Cumprimento e respeito ao pacto federativo previsto na CF de 1988, que foi idealizado com intuito democrático e descentralizador, imprescindível 'a autonomia financeira dos entes federativos, as receitas oriundas das transferências verticais. É fundamental para o atendimento das necessidades mais essenciais da população.

EIXO 3. A PARTICIPAÇÃO POPULAR GARANTE A DEMOCRACIA E O CONTROLE DA SOCIEDADE

Os conferencistas que participaram das discussões dos grupos do Eixo 3 tiveram como desafio pensar e propor estratégias para a garantia do controle social, sobretudo da mobilização e participação popular que esta conjuntura complexa, que não é simples, requer.

As propostas encaminhadas à Plenária Final e descritas a seguir, foram sugestões do grupo para o fortalecimento da organização coletiva dos cidadãos usuários da Política de Assistência Social e trabalhadores do SUAS.

Quadro 6 - Propostas elaboradas nos grupos: EIXO 3

EIXO 3. A PARTICIPAÇÃO POPULAR GARANTE A DEMOCRACIA E O CONTROLE DA SOCIEDADE

ÂMBITO: MUNICIPAL

- Garantir com antecipação mínima de um ano a divulgação do Processo Conferencial, a não restrição da participação (em todas as esferas), com a criação de Comitês permanentes descentralizados tendo como referência cada uma das 32 Supervisões de Assistência Social (SAS), a partir da comissão organizadora local da Conferência Regional, monitoramento das deliberações e cobrança efetiva das responsabilidades dos operadores da política, sob coordenação da Comissão de Monitoramento e Acompanhamento das Deliberações das Conferências - CMCDC-COMAS-SP.

- Construir um Plano de Comunicação do SUAS, que contemple: mecanismos de divulgação do papel, atribuições, atividades, ações e deliberações do (COMAS-SP/CONSEAS/CNAS), aprimorando o controle sobre a rede de serviços e estimulando maior participação, principalmente institucional, que será objeto de proposta a ser construída por um grupo de trabalho a ser instituído em cada Conselho, levando em consideração a aproximação entre Usuários, Trabalhadores e sociedade civil, que não tem acesso ao mundo virtual (dar ênfase em divulgação física através de cartazes, cartas, panfletos, *outdoor's*, meios de comunicação em massa, nos locais e transportes públicos). Garantir que no plano de comunicação também seja divulgado a Política de Assistência Social e os Programas Sociais vinculados ao CadÚnico.
- Garantir que a Secretaria Municipal de Assistência Social, as OSC's, o COMAS-SP e os Sindicatos promovam a efetiva participação de Trabalhadores e Usuários no Controle Social. Em relação aos Trabalhadores, sem quaisquer prejuízos de qualquer natureza. Em relação aos Usuários, garantir acesso e formação continuada descentralizada, para sua participação e permanência com autonomia e protagonismo.
- Articular a construção de minuta de lei Municipal do SUAS através de processo participativo com audiências públicas descentralizadas promovidas pelo COMAS-SP, FAS e frente municipal em defesa do SUAS assegurando e garantindo todas as atribuições dos conselhos, e a garantia de parâmetros mínimos de necessidades e recursos para a realização das conferências e efetivação da participação, bem como considerar as diretrizes dos plano decenal em vigor.
- Efetivar o acesso dos usuários (especialmente pessoas em situação de rua) aos espaços públicos principalmente na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP e no Congresso Nacional através da articulação dos Fóruns, COMAS, CONSEAS e CNAS com direito a voz.
- Garantir a execução da lei 13.019/2014 (MROSC), no que tange as relações do Poder Público e das OSCs. Uma vez que, conforme a lei, é prevista a gestão democrática e participativa dos diversos atores para a

construção da política pública da Assistência Social.

- Implantação efetiva dos Conselhos Gestores de Assistência Social nos CRAS e CREAS em todos os distritos/SAS.
- Dar ênfase nas leis 12.527/2011 (LAI – Lei de Acesso à Informação); 13.204/2015 sendo uma emenda do Marco Regulatório 13.019/2014 no Art. 2º em seus incisos II e III, que ordena a divulgação e a transparência dos recursos orçamentários anualmente, assim como os diversos fundos municipais, bem como gastos dos distritos administrativos da cidade, emitindo inclusive boletins informativos aos serviços parceiros da Rede socioassistencial. Contudo, exigimos perante as leis supracitadas espaços regionalizados de informação e transparência, com presença obrigatória segundo suas competências dos membros do poder legislativo e o ministério público para, assim, garantir o monitoramento, vigilância socioassistencial e participação popular através da informação.
- Compelir o Poder Público para que todas as decisões no âmbito da política de Assistência Social na cidade de São Paulo sejam pautadas e deliberadas pelo COMAS, garantindo sua legitimidade, recursos públicos para sua estrutura, técnicos, funcionamento, formação dos conselheiros.
- Fortalecer os espaços de participação social de modo a defender os direitos sociais já garantidos pela Constituição, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) de modo a engajar a população nos espaços de reflexões, associações de bairro para que tenham propriedade sobre as políticas públicas da assistência social, objetivando com que sejam multiplicadores para população a fim de que o movimento social ganhe forças e possa conquistar maiores espaços e serviços para o território.
- Garantir toda a infraestrutura (Transporte, alimentação, data viável a participação, material, local que comporte os participantes) necessária para a participação da sociedade civil nas conferências regionais e municipal, e a viabilização normativa para a imprescindível participação das OSC's, trabalhadores do SUAS e usuários em eventos específicos em São Paulo, com fechamento dos serviços conveniados sem prejuízo

ao atendimento da Proteção Especial.

- Criar estratégias adotando metodologia participativa acessível para o trabalho de base que deve ser resgatado para mobilizar a população para a participação assídua nos fóruns, com encontros mensais que provoquem reflexões a respeito das decisões que são tomadas, que trazem impactos aos direitos sociais.
- Criar espaços que trabalhem as políticas públicas com ferramentas de comunicação acessível, para a divulgação nas comunidades, com a finalidade de promover a formação gratuita para líderes comunitários e empoderamento social.
- Garantir aos conselhos de direitos existentes o previsto na constituição federal, lei de criação dos conselhos e demais normativas vigentes, para a consolidação da participação e controle social.
- Exigir o reconhecimento por SMADS que congressos, seminários, conferências, conselhos, fóruns, audiências públicas e atos em defesa da Assistência Social são espaços informativos, dinâmicos e de qualificação de trabalhadores e usuários na execução da política.
- Garantir que o Poder Público seja mais atuante e assertivo frente às vulnerabilidades da população participando de reuniões e debates com a comunidade, elegendo um representante, trabalhador do serviço/usuário, sendo um em cada equipamento, para divulgar as informações/ articulação de rede; favorecendo o diálogo entre trabalhadores e gestores de OSC para o bom desenvolvimento dos serviços.
- Fazer com que programas e eventos façam parte do cronograma das agendas das OSCs, facilitando o acesso dos funcionários, CRAS/CREAS, OSC, CENTRO POP, usuários, além de flexibilizar os horários para a participação do/a trabalhador/a nos fóruns para que, assim, todos possam participar e se empoderar.
- Criar Fóruns Regionais de Assistência Social em todas as regiões da

cidade de São Paulo incluindo as ORGANIZAÇÕES, CRAS, CREAS, USUÁRIOS e TRABALHADORES do SUAS, com prazo para iniciar no primeiro semestre de 2020.

- Fomentar a discussão junto à população a necessidade do investimento público, em serviços da proteção básica e especial, garantindo através de recursos (passe livre, TEG, PTR) o acesso dessa população nos fóruns de discussão e participação.
- Favorecer a participação em assembleias, dando voz principalmente a crianças e adolescentes e idosos, LGBTI +, pessoas com deficiência a fim de contribuírem nas decisões do início ao fim.
- Proporcionar reuniões lúdicas com linguagem de fácil acesso para garantir a participação social.
- Promover a participação dos usuários em conselhos de direitos de outras políticas pública, como Educação e debates em espaços culturais do território, observando que a divulgação e comunicação desses espaços de debate e a construção devem ser trabalhadas com os usuários antes de acontecer.

ÂMBITO: ESTADUAL

- Construir um Plano de Comunicação do SUAS, que contemple: mecanismos de divulgação do papel, atribuições, atividades, ações e deliberações do (COMAS-SP/CONSEAS/CNAS), aprimorando o controle sobre a rede de serviços e estimulando maior participação, principalmente institucional, que será objeto de proposta a ser construída por um grupo de trabalho a ser instituído em cada Conselho, levando em consideração a aproximação entre Usuários, Trabalhadores e sociedade civil, que não tem acesso ao mundo virtual (dar ênfase em divulgação física através de cartazes, cartas, panfletos, *outdoor's*, meios de comunicação em massa, nos locais e transportes públicos). Garantir que no plano de comunicação também seja divulgado a Política de Assistência Social e os Programas Sociais vinculados ao CadÚnico.

- Garantir que a Secretaria Estadual de Assistência Social, as OSC's, o CONSEAS-SP e os Sindicatos promovam a efetiva participação de Trabalhadores e Usuários no Controle Social. Em relação aos Trabalhadores, sem quaisquer prejuízos de qualquer natureza. Em relação aos Usuários, garantir acesso e formação continuada descentralizada, para sua participação e permanência com autonomia e protagonismo.
- Efetivar o acesso dos usuários (especialmente pessoas em situação de rua) aos espaços públicos principalmente na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP e no Congresso Nacional através da articulação dos Fóruns, COMAS, CONSEAS e CNAS com direito a voz.
- Ampliar o acesso à informação através dos Serviços Socioassistenciais viabilizando a participação da população em situação de rua na ALESP, com direito à voz.

ÂMBITO: FEDERAL

- Construir um Plano de Comunicação do SUAS, que contemple: mecanismos de divulgação do papel, atribuições, atividades, ações e deliberações do (COMAS-SP/CONSEAS/CNAS), aprimorando o controle sobre a rede de serviços e estimulando maior participação, principalmente institucional, que será objeto de proposta a ser construída por um grupo de trabalho a ser instituído em cada Conselho, levando em consideração a aproximação entre Usuários, Trabalhadores e sociedade civil, que não tem acesso ao mundo virtual (dar ênfase em divulgação física através de cartazes, cartas, panfletos, *outdoor's*, meios de comunicação em massa, nos locais e transportes públicos). Garantir que no plano de comunicação também seja divulgado a Política de Assistência Social e os Programas Sociais vinculados ao CadÚnico.
- Garantir que o Ministério da Cidadania, as OSC's, o CNAS-SP e os Sindicatos promovam a efetiva participação de Trabalhadores e Usuários no Controle Social. Em relação aos Trabalhadores, sem

quaisquer prejuízos de qualquer natureza. Em relação aos Usuários, garantir acesso e formação continuada descentralizada, para sua participação e permanência com autonomia e protagonismo.

- Efetivar o acesso dos usuários (especialmente pessoas em situação de rua) aos espaços públicos principalmente na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP e no Congresso Nacional através da articulação dos Fóruns, COMAS, CONSEAS e CNAS com direito a voz.
- Garantir a laicidade e a independência partidária do SUAS como política de Estado.
- Implementar, por meio da gestão pública, canais de divulgação do SUAS e seus serviços nos diversos meios de comunicação de massa.
- Ampliar o repasse de verbas do Governo Federal, conforme previstos no SUAS em relação ao cofinanciamento. (Alteração de texto).

• PLENÁRIA FINAL

Em cumprimento à programação prevista no artigo 11º do Regimento Interno, no dia 16 de novembro de 2019, às 9h42, teve início a Plenária Final da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

• Composição da Mesa de Abertura

A Sra. Cássia Gorete, integrante da equipe do Instituto Potencial – Projetos Sociais convidou os representantes abaixo indicados a comporem a Mesa de Abertura.

• Sra. Berenice Gianella;	Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.
• Sra. Regina Conceição da Paixão Gomes;	Representante do Fórum da Assistência Social de São Paulo (FAS-SP).

<ul style="list-style-type: none"> • Sr. Carlos Alberto Souza Júnior; 	Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-SP).
<ul style="list-style-type: none"> • Sra. Darlene Terzi dos Anjos Afonso Cazarini. 	Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo (COMAS-SP).



Para proceder à abertura da Conferência foi dada a palavra a Sra. Regina Paixão, representante do FAS-SP, que lembrou aos presentes de que se tratava de uma data muito especial, pois em 13 de novembro se comemora o Dia Municipal da Assistência Social, instituído pela Lei 15.210, de 23 de junho de 2010, resultado de muita luta.

Em seguida, exibiu para a Plenária um vídeo que denuncia os gastos vultosos com as obras no Vale do Anhangabaú, em contraposição à falta de investimentos em políticas públicas, em especial, na área da Assistência Social. Relacionou o tema com o Eixo 2 da Conferência - Financiamento Público -, alegando que o congelamento e atraso de verbas vivenciados nos últimos dois anos trouxeram muito medo e insegurança para todos. Destacou, ainda, que os recursos estão concentrados nas áreas centrais da cidade, como retratado no vídeo apresentado, enquanto as áreas periféricas sofrem com a falta de verbas, que tem resultado no fechamento de equipamentos, retorno do trabalho infantil, feminicídio, entre outras graves questões sociais.

Apontou algumas questões importantes e que causa inquietações, tais como a garantia de mais recursos para a Assistência Social, o repasse do dissídio da categoria, a necessidade de revogar a Portaria que desconta a

verba de quem vai tirar férias coletivas e a manutenção dos Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs).

Convidou a todos a comparecerem à Câmara Municipal no dia 25 de novembro, para participar da audiência pública sobre a lei Orçamentária Anual, reforçando a necessidade de a sociedade civil ocupar os espaços de participação.

Finalizou a sua fala deixando o recado de que é preciso resistir, pois há exemplos de vários combatentes que lutaram por todos citando Paulo Freire, Marielle Franco, Santo Dias, Carlos Meriguela, Santo Dias e Vladimir Herzog.

A plenária prosseguiu com o pronunciamento do Sr. Carlos Alberto Souza Júnior, Presidente do CMDCA-SP, que saudou os conferencistas e manifestou sua satisfação em participar do evento.

Ressaltou a importância de fortalecer os espaços de participação da sociedade civil, para que através do controle social, os recursos previstos no orçamento do município de São Paulo, sejam investidos em política pública e direitos humanos da assistência social, ao invés de serem revertidos em obras para “*tapar buracos*”. Complementou externando a sua indignação diante de um cenário em que os direitos humanos estão sendo deixados de lado a cada dia.

Alegou que os espaços de participação estão sendo desrespeitados e citou como exemplo, o desmonte do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. Neste contexto, enfatizou a necessidade de todos juntos, lutarem para fortalecer esses espaços e reafirmar o compromisso com a democracia, em busca da garantia dos direitos preconizados na Constituição Federal.

Concluiu sua fala dizendo que os recursos podem ser retirados, mas os sonhos não.

A palavra foi passada a Presidente do COMAS, Sra. Darlene Terzi Cazarini, que parabenizou a todos pelo Dia Municipal da Assistência Social, que vem coroar a luta pelo SUAS em um dia muito especial. Complementou afirmando que a busca é por um direito garantido por lei, mas esquecido na conjuntura do país, em que a benemerência tenta voltar para desmontar o Sistema.

Enfatizou que a realização da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo é uma vitória do movimento social, da luta, e

pensar em reunir todos os conferencistas ali presentes, na maior metrópole do país é uma conquista.

Assinalou que a luta pelos direitos deve continuar, tendo em vista o retorno de graves problemas sociais, como o trabalho infantil e a presença de famílias inteiras nas ruas, cenário que vem se instalando na cidade nos últimos dois anos. *“O SUAS resiste e não podemos desistir!”*

Para o fechamento da solenidade de abertura, foi dada a palavra à Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Sra. Berenice Gianella.

Inicialmente cumprimentou a mesa e demais presentes e se desculpou pela sua ausência no primeiro dia de Conferência, justificando que já havia confirmado a sua presença na inauguração da Casa da Mulher Brasileira, realizada na mesma data. Complementou dizendo que fazia questão de prestigiar a Conferência e participar desse espaço de controle social.

Assim como o Presidente do CMDCA, a Secretária destacou a importância dos espaços de controle social e disse que ao contrário do que tem acontecido no Governo Federal, o Governo Municipal em nenhum momento teve algum movimento para acabar com a participação social dos conselhos. Esclareceu que a Prefeitura de São Paulo, na gestão do Sr. Bruno Covas, reconhece a importância dos conselhos, a importância da participação e controle social que os conselhos exercem e, portanto, não haverá nesta gestão, nenhum corte em relação ao funcionamento dos conselhos.

Com relação ao orçamento em 2020, afirmou que será um pouco maior que o de 2019, mas acredita que a busca por um orçamento maior na Câmara Municipal é legítima e que sempre se deve “brigar” por mais recursos.

Assinalou a necessidade de uma política Intersetorial, pois a Assistência Social sozinha, não conseguirá resolver todos os problemas. É preciso que haja de maneira articulada com as demais Secretarias. A título de exemplo, pontuou que o trabalho com a população em situação de rua precisa do apoio da Secretaria da Habitação.

Chamou a atenção para o trabalho infantil que vem aumentando, e em especial, o tráfico de drogas, que segundo a classificação da Organização Internacional do Trabalho – OIT constitui-se em uma das piores formas de trabalho infantil, e é preciso pensar como atacar essa questão.

Com relação ao dissídio da categoria, a Secretária esclareceu que aguarda a homologação do acordo que foi efetivado, e assim que estiver homologado,

será enviado à Secretaria da Fazenda, que verificará a viabilidade do pagamento. Ressaltou que a parte que cabia à pasta da Assistência Social foi feita.

Terminou sua fala desejando uma ótima Conferência a todos.



- **Composição da Mesa de Trabalho**

A Mesa de Abertura foi desfeita e a Sra. Darlene dos Anjos Cazarini foi convidada a permanecer na mesa, para a formação da Mesa de Trabalho a seguir composta:

• Sra. Darlene Terzi dos Anjos Afonso Cazarini;	Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo (COMAS-SP).
• Sr. David Oscar;	Conselheiro do COMAS-SP (representante da Sociedade Civil).
• Sra. Maria Cecília H. Mattos Apostolopoulos;	Conselheira do COMAS-SP (representante da Sociedade Civil).
• Sr. Antônio Alexandre de Andrade Patto;	Conselheiro do COMAS-SP (representante da Sociedade Civil).
Sra. Irma de Cássia Lins de Araújo.	Conselheira do COMAS-SP (representante do Poder Público).

- **Propostas referendadas:**



As propostas foram lidas pelo facilitador de cada grupo para que fossem feitos os destaques, com o levantamento do crachá e indicação do nome do conferencista.

Depois de encerrada a leitura do Eixo, os destaques foram debatidos, com a intervenção de dois participantes, um para defesa e outro para encaminhamento em contrário.

Após a votação dos destaques, o Eixo foi submetido à votação pelo bloco das propostas.

5.3.1 Âmbito: MUNICIPAL

Quadro 7 – Propostas de âmbito Municipal

EIXO 1. ASSISTÊNCIA SOCIAL É UM DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO.

- Assegurar, no primeiro semestre de 2020, a implantação do CREAS Lapa e Parelheiros, bem como implantar Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP) nas regiões, conforme análise dos territórios, com RH proporcional à demanda.

- Ampliar e garantir a manutenção de toda a rede de serviços socioassistenciais previstos na tipificação nacional, de acordo com a demanda de cada território, suas vulnerabilidades e riscos sociais, de forma a garantir os direitos da população, assim como implantar e ampliar serviços como Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), Centro Dia para Idosos e Pessoas com Deficiência, Centro de Acolhida Especial para Família (CAEF), Centro de Acolhida (CA), Repúblicas Jovem e pessoas LGBTQIA+, Residências Inclusivas, serviço de acolhimento e proteção a mulheres com ou sem filhos, em situação de rua ou em alta vulnerabilidade.
- Ampliar os horários dos serviços dos Centros de Acolhimento, de 16h para 24h, pois não contemplam as demandas de todos os usuários, (atualmente questões de horários, entradas e saídas para trabalho, estudo, lazer, não são contempladas, também dificultando a articulação com outras políticas públicas).
- Garantir a todos os serviços tipificados da rede socioassistencial – Proteção Social Básica e Especial (média e alta complexidade) o item de despesa ‘Horas Técnicas’.
- Garantir a continuidade dos Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs) na Política de Assistência Social, com orçamento próprio suficiente para atender plenamente a tipificação, entendendo a sua especificidade de atuação, com equipe multiprofissional para efetivar o direito e proteção à criança e adolescente.
- Fomentar ações socioeducativas para o fortalecimento e estímulo da divulgação de informações na mídia (digital, impressa, audiovisual), e seminários regionais, a respeito dos direitos estabelecidos, para ampliar o conhecimento dos serviços CRAS/CREAS/CENTRO POP/rede socioassistencial, conselhos participativos e a forma de acessá-los.
- Garantir políticas públicas na assistência social, a todos os imigrantes, com recomendação a Secretaria de Habitação, de aluguel social, na forma de IPTU progressivo, conforme aprovado na Conferência dos Imigrantes e das cidades.
- Garantir políticas públicas direcionadas a toda população indígena, e a imediata criação e implantação do CRAS indígena nas terras de Parelheiros/Marsilac e Jaraguá, bem como atendimento especializado nos demais programas, projetos e serviços socioassistenciais.

- Assegurar, na execução da política pública da Assistência Social, que a população LGBTIQA+ seja respeitada em sua identidade de gênero e sexualidade sem interferência religiosa ou moral, respeitando a laicidade constitucional.
- Assegurar o SUAS como política pública. Defesa do SUAS como política de Estado e não de Gestão.
- Efetivar o Plano Municipal de Educação Permanente por meio do NUMEP (Núcleo Municipal de Educação Permanente), conforme Resolução nº 04 do CNAS de 13/03/13, garantindo o acesso aos trabalhadores, usuários e gestores, de forma a abranger as temáticas específicas de cada território.
- Criar um banco de dados que permita ao trabalhador do SUAS consultar o histórico do usuário, suas demandas e por quais serviços ele passou, que seja alimentado também por trabalhadores das demais secretarias, preservando o sigilo das informações, conforme a legislação vigente.
- Revisar e readequar a Portaria 046/SMADS/2010 e a Norma Técnica dos Serviços da Rede Socioassistencial – Proteção Básica e Especial, aprovados pelo COMAS-SP, em consonância com as alterações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS 109/2009), e Resoluções do COMAS-SP, que será revisada a partir de 2020, conforme proposta da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), e que seja realizada com transparência e ampla participação da população, dos(as) trabalhadores(as) que estão diretamente na execução do SUAS na cidade de São Paulo, dos(as) cidadãos(ãs), usuários(as), das OSCs, pesquisadores, fóruns, conselhos de direitos e movimentos sociais.
- Realizar novos concursos públicos para profissionais da Assistência Social (SUAS), com a expansão do quadro funcional, a fim de assegurar a efetividade da política pública nos territórios e difundir informações e conhecimentos produzidos em âmbito local, além de garantir o chamamento dos classificados conforme prazo preestabelecido no edital.
- Garantir Observatório de Vigilância Socioassistencial para cada Supervisão de Assistência Social (SAS), com a implantação dos cargos de Sociólogo, Historiador e Geógrafo, a fim de assegurar a efetividade da política pública nos territórios e difundir informações.

- Readequar as vagas dos serviços socioassistenciais da rede conveniada à Proteção Social Básica, com exceção do Serviço de Assistência Social à Família - SASF (em função do atendimento e acompanhamento familiar), de acordo com as demandas e necessidades dos cidadãos, preferencialmente no território, mas sem limitações de abrangências territoriais.
- As (os) Supervisoras (es) de SAS deverão ser servidores públicos de carreira, com formação superior, em conformidade com a NOB-RH/SUAS-2006 e Resolução CNAS 17/2010, de modo a romper com as relações político-partidárias, que sobrepõem a política pública de Assistência Social.
- Garantir a democratização das informações da rede socioassistencial por meio de uma central de atendimento da Assistência Social, utilizando-se das mídias sociais e informativos diversos.
- Disponibilizar aos técnicos do Serviço Social às Famílias - SASF e Núcleo de Proteção Jurídica - NPJ, o acesso para consulta e realização do preenchimento no sistema de condicionalidades dos programas de transferência de renda (SICON) e acompanhamento das famílias, com o objetivo de desburocratizar o atendimento aos usuários acompanhados pelos respectivos serviços acima citados, que atualmente dependem do atendimento técnico do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

EIXO 2. POLÍTICA PÚBLICA TEM QUE TER FINANCIAMENTO PÚBLICO.

- Alterar o instrumento legal que estabelece os critérios financeiros de locação de imóvel para execução dos serviços socioassistenciais, garantindo o repasse do valor do aluguel de acordo com o valor real do imóvel, e não de acordo com o valor venal, sendo incluso também o valor do IPTU, respeitando as especificidades do território. Tornar o repasse do aumento do valor do aluguel de acordo com o índice oficial anual, de forma simples e ágil. Propiciar a todos os serviços a verba do aluguel.
- Garantir em lei que o município repasse a verba ajustada para os serviços socioassistenciais tipificados conforme a inflação anual, tendo como referência o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, atendendo todos os itens previstos na PRD, acabando com a disparidade.

- Que o município se responsabilize pelo repasse dos cofinanciamento do Estado e da União, quando os mesmos não ocorrerem, fazendo a interlocução e gestão com os citados entes.
- Efetivar a convocação dos assistentes sociais aprovados em concurso público em 2014 e não nomeados, bem como de outras categorias que ainda aguardam convocação, assim como realizar concurso público e efetivar a convocação e nomeação, garantindo o aumento dos recursos humanos de CRAS, CREAS, Centro POP e Gestão, conforme NOB-RH/SUAS, Resolução 17 CNAS/2011, abrangendo todos os cargos vagos de distintas carreiras que compõem o SUAS, com previsão orçamentária na periodicidade de quatro anos, assim como ampliar o quadro de recursos humanos dos serviços socioassistenciais.
- Equiparação dos salários dos trabalhadores do SUAS, Poder Público e Organização da Sociedade Civil.
- Garantir o passe livre para os usuários da Assistência Social.
- Criar portaria que regulamente os benefícios eventuais no âmbito dos CRAS/CREAS, garantindo fonte de recurso adequada para a concessão dos mesmos, que não seja adiantamento direto, já reconhecido pelo TCM como via inadequada.
- Fortalecer o COMAS, visando:
 - Assegurar que a SMADS faça a prestação de contas, trimestralmente, do Fundo Municipal ao COMAS, impedindo a redução de recursos destinados ao financiamento de serviços, programas, projetos e benefícios;
 - Criar comissões regionais do COMAS para fiscalizar como os recursos financeiros estão sendo investidos na Assistência Social;
 - Ampliar a visibilidade das decisões tomadas pelo COMAS, quanto à destinação e fiscalização das aplicações de recursos aos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social, para além do Diário Oficial, por meio da criação de canal de comunicação com fácil acesso e compreensão para a população;
 - Ampliar o orçamento do COMAS, para que os conselheiros possam melhorar a fiscalização dos equipamentos e recursos públicos.
- Garantir infraestrutura para funcionamento dos Conselhos e Fóruns Regionais (mídia impressa, mídia digital, e espaço físico apropriado).
- Garantir verba orçamentária para ampliação da rede de serviços da Proteção Social Básica e Especial, sem cortes dos já existentes,

previstas na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais e resoluções do COMAS, em todos os territórios da cidade, priorizando as áreas de alta vulnerabilidade e risco, baseados nos estudos dos observatórios regionais e central, e em levantamentos dos “vazios socioassistenciais” e similares, conforme a realidade do crescimento populacional da cidade de São Paulo.

- Revogação do Decreto 58.636, de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a renegociação dos instrumentos jurídicos de coleta e tratamento de lixo, ações de saúde e assistência social, bem como sobre a análise da prestação de contas de ajustes já encerrados.
- Garantir o cumprimento da Resolução COMAS 1.127, acerca dos parâmetros mínimos para a composição do orçamento da Assistência Social, bem como, anualmente, a concessão de parcela adicional no valor de um repasse mensal para manutenção do imóvel e adequação a ABNT/NBR9050/2004, bem como aquisição de bens permanentes.

Defender o fim da Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de Dezembro de 2016, e o fim da desvinculação das receitas da União (que o município defenda).

- Publicizar de forma acessível e de fácil compreensão, os recursos públicos e prestação de contas anuais da Assistência Social.

EIXO 3. A PARTICIPAÇÃO POPULAR GARANTE A DEMOCRACIA E O CONTROLE DA SOCIEDADE.

- Garantir com antecipação mínima de um ano a divulgação do Processo Conferencial, a não restrição da participação (em todas as esferas), com a criação de Comitês permanentes descentralizados tendo como referência cada uma das 32 Supervisões de Assistência Social (SAS), a partir da comissão organizadora local da Conferência Regional, monitoramento das deliberações e cobrança efetiva das responsabilidades dos operadores da política, sob a coordenação da Comissão de Monitoramento e Acompanhamento das Deliberações das Conferências - CMCDC-COMAS-SP.
- Construir um Plano de Comunicação do SUAS, que contemple: mecanismos de divulgação do papel, atribuições, atividades, ações e deliberações do (COMAS-SP/CONSEAS/CNAS) aprimorando o controle sobre a rede de serviços e estimulando maior participação, principalmente institucional, que será objeto de proposta a ser construída por um grupo de trabalho a ser instituído em cada Conselho, levando em consideração a aproximação entre Usuários, Trabalhadores e sociedade civil, que não tem acesso ao mundo virtual (dar ênfase em divulgação física através de cartazes, cartas, panfletos,

outdoors, meios de comunicação em massa, nos locais e transportes públicos). Garantir que no plano de comunicação também seja divulgado a Política de Assistência Social e os Programas Sociais vinculados ao CadÚnico.

- Garantir que a Secretaria Municipal de Assistência Social, as OSCs, o COMAS-SP e os Sindicatos promovam a efetiva participação de Trabalhadores e Usuários no Controle Social. Em relação aos Trabalhadores, sem quaisquer prejuízos de qualquer natureza. Em relação aos Usuários, garantir acesso e formação continuada descentralizada, para sua participação e permanência com autonomia e protagonismo.
- Articular a construção de minuta de lei Municipal do SUAS através de processo participativo com audiências públicas descentralizadas promovidas pelo COMAS-SP, FAS e frente municipal em defesa do SUAS assegurando e garantindo todas as atribuições dos conselhos, e a garantia de parâmetros mínimos de necessidades e recursos para a realização das conferências e efetivação da participação, bem como considerar as diretrizes do plano decenal em vigor.
- Efetivar o acesso dos usuários (especialmente pessoas em situação de rua) aos espaços públicos principalmente na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP e no Congresso Nacional através da articulação dos Fóruns, COMAS, CONSEAS e CNAS com direito a voz.
- Garantir a execução da lei 13.019/2014 (MROSC), no que tange as relações do Poder Público e das OSCs. Uma vez que, conforme a lei, é prevista a gestão democrática e participativa dos diversos atores para a construção da política pública da Assistência Social.
- Implantação efetiva dos Conselhos Gestores de Assistência Social nos CRAS e CREAS em todos os distritos/SAS.
- Dar ênfase nas leis 12.527/2011 (LAI – Lei de Acesso à Informação; 13.204/2015 sendo uma emenda do Marco Regulatório 13.019/2014 no Art. 2º em seus incisos II e III, que ordena a divulgação e a transparência dos recursos orçamentários anualmente, assim como os diversos fundos municipais, bem como gastos dos distritos administrativos da cidade, emitindo inclusive boletins informativos aos serviços parceiros da Rede Socioassistencial). Contudo, exigimos perante as leis supracitadas espaços regionalizados de informação e

transparência, com presença obrigatória segundo suas competências dos membros do poder legislativo e o ministério público para, assim, garantir o monitoramento, vigilância socioassistencial e participação popular através da informação.

- Compelir o Poder Público para que todas as decisões no âmbito da política de Assistência Social na cidade de São Paulo sejam pautadas e deliberadas pelo COMAS, garantindo sua legitimidade, recursos públicos para sua estrutura, técnicos, funcionamento, formação dos conselheiros.
- Fortalecer os espaços de participação social de modo a defender os direitos sociais já garantidos pela Constituição, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) de modo a engajar a população nos espaços de reflexões, associações de bairro para que tenham propriedade sobre as políticas públicas da assistência social, objetivando com que sejam multiplicadores para população a fim de que o movimento social ganhe forças e possa conquistar maiores espaços e serviços para o território.
- Garantir toda a infraestrutura (Transporte, alimentação de qualidade, data viável a participação, material, local que comporte os participantes) necessária para a participação da sociedade civil nas conferências regionais e municipal, e a viabilização normativa para a imprescindível participação das OSCs, trabalhadores do SUAS e usuários em eventos específicos da Assistência Social, em São Paulo, com fechamento dos serviços conveniados sem prejuízo ao atendimento da Proteção Especial.
- Criar estratégias adotando metodologia participativa acessível para o trabalho de base que deve ser resgatado para mobilizar a população para a participação assídua nos fóruns, com encontros mensais que provoquem reflexões a respeito das decisões que são tomadas, que trazem impactos aos direitos sociais.
- Criar espaços que trabalhem as políticas públicas com ferramentas de comunicação acessível, para a divulgação nas comunidades, com a finalidade de promover a formação gratuita para líderes comunitários e empoderamento social.
- Garantir aos conselhos de direitos existentes o previsto na constituição federal, lei de criação dos conselhos e demais normativas vigentes, para a consolidação da participação e controle social.

- Exigir o reconhecimento por SMADS que congressos, seminários, conferências, conselhos, fóruns, audiências públicas e atos em defesa da Assistência Social são espaços informativos, dinâmicos e de qualificação de trabalhadores e usuários na execução da política.
- Garantir que o Poder Público seja mais atuante e assertivo frente às vulnerabilidades da população participando de reuniões e debates com a comunidade, elegendo um representante, trabalhador do serviço/usuário, sendo um em cada equipamento, para divulgar as informações/ articulação de rede; favorecendo o diálogo entre trabalhadores e gestores de OSC para o bom desenvolvimento dos serviços.
- Favorecer a participação em assembleias com metodologia apropriada, dando voz principalmente a crianças e adolescentes e idosos, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, e população em situação de rua, a fim de contribuírem nas decisões do início ao fim.
- Proporcionar reuniões lúdicas com linguagem de fácil acesso para garantir a participação social.
- Fomentar a participação dos usuários em conselhos de direitos de outras políticas públicas, como Educação e debates em espaços culturais do território, observando que a divulgação e comunicação desses espaços de debate e a construção devem ser trabalhadas com os usuários antes de acontecer.

5.3.2 Âmbito: ESTADUAL

Quadro 8 – Propostas de âmbito Estadual

EIXO 1. ASSISTÊNCIA SOCIAL É UM DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO.

- Garantir os valores ofertados pelos programas de transferência de renda assegurando o reajuste anual de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (índice oficial de inflação no Brasil).
- Garantir a plena divulgação nos âmbitos federal, estadual e municipal, dos direitos socioassistenciais através das mídias sociais (cartilhas, meios de transporte, redes sociais, etc.) para democratizar o acesso à informação.

- Revisar, fiscalizar e aumentar a renda *per capita*, visando à expansão dos benefícios do Programa Renda Cidadã e do programa Ação Jovem.

EIXO 2. POLÍTICA PÚBLICA TEM QUE TER FINANCIAMENTO PÚBLICO.

- Retomar o Programa Ação Jovem e Renda Cidadã nos municípios que findaram a execução, ampliar o programa nos municípios existentes garantindo a parceria com empresas de transportes possibilitando o direito do usuário de ir e vir.
- Ampliar o repasse de verba para retorno e implantação do Programa Bom Prato para todos os distritos e municípios de São Paulo.
- Articular e pactuar na CIB (Comissão Intergestora Bipartite) e aprovar no CONSEAS, o cofinanciamento Estadual dos Centros de Acolhida Sigilosos para Mulheres em Situação de Violência, uma vez que frequentemente as mulheres com ou sem filhos necessitam mudar de município para se protegerem dos agressores e tenham possibilidade de construir sua autonomia.
- Garantir a regularidade do repasse de verbas estaduais para a SMADS-Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para os Serviços Socioassistenciais da proteção básica e proteção especial. O não cumprimento dentro no prazo gera multas e correções legais.

EIXO 3. A PARTICIPAÇÃO POPULAR GARANTE A DEMOCRACIA E O CONTROLE DA SOCIEDADE.

- Construir um Plano de Comunicação do SUAS, que contemple: mecanismos de divulgação do papel, atribuições, atividades, ações e deliberações do (COMAS-SP/CONSEAS/CNAS), aprimorando o controle sobre a rede de serviços e estimulando maior participação, principalmente institucional, que será objeto de proposta a ser construída por um grupo de trabalho a ser instituído em cada Conselho, levando em consideração a aproximação entre Usuários, Trabalhadores e sociedade civil, que não têm acesso ao mundo virtual (dar ênfase em divulgação física através de cartazes, cartas, panfletos, *outdoors*, meios de comunicação em massa, nos locais e transportes públicos). Garantir que no plano de comunicação também seja divulgado a Política de Assistência Social e os Programas Sociais vinculados ao CadÚnico.

- Garantir que a Secretaria Estadual de Assistência Social, as OSCs, o CONSEAS-SP e os Sindicatos promovam a efetiva participação de Trabalhadores e Usuários no controle social. Em relação aos Trabalhadores, sem quaisquer prejuízos de qualquer natureza. Em relação aos Usuários, garantir acesso e formação continuada descentralizada, para sua participação e permanência com autonomia e protagonismo.
- Efetivar o acesso dos usuários (especialmente, pessoas em situação de rua) aos espaços públicos, principalmente, na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP e no Congresso Nacional, através da articulação dos Fóruns, COMAS, CONSEAS e CNAS, com direito à voz.
- Garantir que o CONSEAS realize Conferências Estaduais de Assistência Social a cada 2 (dois) anos, não fragmentadas, amplas e participativas com a participação proporcional de todos os portes de municípios e garantia de, ao menos, 3 (três) delegados (1 governo e 1 sociedade civil e 1 usuário) para os municípios de porte 1 e 2.

5.3.2 Âmbito: **FEDERAL**

Quadro 9 – Propostas de âmbito Federal

EIXO 1. ASSISTÊNCIA SOCIAL É UM DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO.

- Reduzir a idade do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos, de 65 para 60 anos, garantindo o valor do salário mínimo.
- Restituir o Ministério, específico, da Assistência Social.
- Revogar a Emenda Constitucional de 95 de 2016, evidenciando a necessidade de derrubá-la para garantir a consolidação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a Previdência Social, bem como as demais políticas públicas.
- Garantir os valores ofertados pelos programas de transferência de renda assegurando o reajuste anual de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (índice oficial de inflação no Brasil).

- Ampliar a cobertura e acesso aos programas, projetos e benefícios sociais, contemplando o maior número de usuários dos serviços, que necessitam de assistência, permitindo quando necessário, que técnicos dos CRAS e dos serviços da rede socioassistencial efetuem o requerimento de tais benefícios para os usuários.
- Garantir a plena divulgação nos âmbitos, federal, estadual e municipal, através das mídias sociais (cartilhas, meios de transporte, redes sociais, etc.) e também, presencialmente, por meio das OSCs dos serviços diretos e líderes comunitários, os direitos socioassistenciais para abranger o maior número de usuários da Assistência Social.

EIXO 2. POLÍTICA PÚBLICA TEM QUE TER FINANCIAMENTO PÚBLICO.

- Fortalecer o SUAS, a partir: com incidência dos Conselhos nas três esferas e fóruns junto ao Congresso Nacional, especialmente, na Frente Parlamentar de Defesa do SUAS, da extinção de leis e impedimento da criação de novas que permitam a desvinculação de receitas e garantia da transferência da receita carimbada para a Assistência Social; da reforma tributária que garanta o aumento da tributação sobre grandes fortunas e heranças, a volta da tributação sobre lucros e dividendos, da ampliação de para 18% da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL; da implementação de alíquotas progressivas de imposto de renda para os grandes rendimentos; da implantação de imposto geral sobre a movimentação financeira acima de R\$ 10 mil reais e auditoria da Dívida Pública Brasileira.
- Articulação e apoio à revogação das Emendas Constitucionais 93/2016 que prorroga a desvinculação de receitas da União (DRU) até 2023 dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios (DREM), e 95/2016, que preconiza o congelamento de investimentos de recursos financeiros para Seguridade Social por vinte anos.
- Garantir o pactuado com relação ao repasse de verbas federais à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para os serviços socioassistenciais da Proteção Básica e Proteção Especial. O não cumprimento dentro no prazo gera multas e correções legais.
- Ampliar o orçamento destinado aos Programas de Transferência de Renda e benefícios socioassistenciais.
- Cumprimento e respeito à gestão compartilhada do SUAS, no que se refere ao cofinanciamento, sendo fundamental para o atendimento das necessidades da população.

EIXO 3. A PARTICIPAÇÃO POPULAR GARANTE A DEMOCRACIA E O CONTROLE DA SOCIEDADE.

- Construir um Plano de Comunicação do SUAS, que contemple: mecanismos de divulgação do papel, atribuições, atividades, ações e deliberações do (COMAS-SP/CONSEAS/CNAS), aprimorando o controle sobre a rede de serviços e estimulando maior participação, principalmente institucional, que será objeto de proposta a ser construída por um grupo de trabalho a ser instituído em cada Conselho, levando em consideração a aproximação entre Usuários, Trabalhadores e sociedade civil, que não tem acesso ao mundo virtual (dar ênfase em divulgação física através de cartazes, cartas, panfletos, outdoors, meios de comunicação em massa, nos locais e transportes públicos). Garantir que no plano de comunicação também seja divulgado a Política de Assistência Social e os Programas Sociais vinculados ao CadÚnico.
- Garantir que o Ministério da Cidadania, as OSCs, o CNAS-SP e os Sindicatos promovam a efetiva participação de Trabalhadores e Usuários no controle social. Em relação aos Trabalhadores, sem quaisquer prejuízos de qualquer natureza. Em relação aos Usuários, garantir acesso e formação continuada descentralizada, para sua participação e permanência com autonomia e protagonismo.
- Efetivar o acesso dos usuários (especialmente, pessoas em situação de rua) aos espaços públicos principalmente no Congresso Nacional, através da articulação dos Fóruns, COMAS, CONSEAS e CNAS com direito à voz.
- Garantir da laicidade e a independência partidária do SUAS como política de Estado.
- Implementar, por meio da gestão pública, canais de divulgação do SUAS e seus serviços nos diversos meios de comunicação em massa.
- Ampliar o repasse de verbas do Governo Federal, conforme previstos no SUAS, em relação ao cofinanciamento.

• MOÇÕES

Ao término da leitura e aprovação das propostas, às 20h36, deu-se início à leitura das moções apresentadas na XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

Foram produzidas 61 moções, sendo 16 (dezesseis) de Recomendação, 06 (seis) de Apoio e 39 (trinta e nove) de Repúdio, conforme abaixo especificadas.

Submetidas à aprovação da Plenária, houve a aprovação de 50 (cinquenta) moções, e 11 não puderam ser voltadas, por não apresentarem o número mínimo de 50 assinaturas, conforme previsto no Art. 21, § 2º do Regimento Interno.

Quadro 10 – Síntese das Moções

Nº	Categoria	Assunto	Assinaturas	Situação
1	Recomendação	Horas Técnicas para Serviços de Média Complexidade.	86	X
2	Recomendação	EC 95.	43	Assinaturas insuficientes
3	Recomendação	Por uma Assistência Social que garanta os direitos dos povos indígenas.	63	X
4	Recomendação	Reajuste no mínimo 30% salários (Equipe técnica e convênios).	70	X
5	Recomendação	Cursos Profissionalizantes.	38	Assinaturas insuficientes
6	Recomendação	Igualdade Social a todos.	12	Assinaturas insuficientes
7	Recomendação	Revogação.	70	X
8	Recomendação	Relato em consequência do fechamento do CCA.	51	X
9	Recomendação	Criação da Residência Inclusiva para Deficientes Intelectuais.	60	X
10	Recomendação	Recomendação/Vigoração do Decreto COMAS 1450/2019	92	X
11	Recomendação	Nomeação dos aprovados e pelo fim do 0,01%.	61	X
12	Recomendação	Acolhimento para faixa	37	Assinaturas

		específica.		insuficientes
13	Recomendação	Aluguel social para acolhidos e famílias do SAICA ao atingir maturidade.	70	X
14	Recomendação	Cursos rápidos de capacitação.	33	Assinaturas insuficientes
15	Recomendação	Políticas Públicas para faixa etária de 30 a 59 anos.	65	X
16	Recomendação	Convocação Servidores Públicos.	51	X
17	Apoio	Serviços para população LGBTI+	70	X
18	Apoio	CAE Convalescente.	62	X
19	Apoio	Apoio à luta dos trabalhadores.	63	X
20	Apoio	Mudança organização (Tik-Vale).	29	Assinaturas insuficientes
21	Apoio	Abertura de Centro Dia para Pessoas com Deficiência nas regiões metropolitanas de São Paulo (Leste, Sul, Norte, Oeste e Grande SP).	114	X
22	Apoio	Não especificado.	24	Assinaturas insuficientes
23	Repúdio	LGBTQIA+	70	X
24	Repúdio	Programa Criança Feliz.	65	X
25	Repúdio	Revogação da Emenda Constitucional 95/2016.	90	X
26	Repúdio	Cortes de Verbas.	38	Assinaturas insuficientes
27	Repúdio	Chamamento dos concursos públicos.	71	X
28	Repúdio	Metodologia de trabalho na Conferência.	53	X
29	Repúdio	Contra a Redução da Maioridade Penal.	64	X
30	Repúdio	Criminalização da Juventude.	70	X
31	Repúdio	Revogação do Decreto 58.636, 18/02/19.	55	X
32	Repúdio	Contra a PLP459/2017 Senado.	50	X
33	Repúdio	Sucateamento dos Equipamentos da Assistência Social.	50	X
34	Repúdio	Contra a tentativa de fechamento de CEDESP.	64	X
35	Repúdio	Corte de repasse em mês de férias coletivas.	50	X

36	Repúdio	Contra as Deliberações que prejudicaram os Editais dos CEDESPs.	54	X
37	Repúdio	Corte de repasse em mês de férias coletivas.	50	X
38	Repúdio	Fechamento/redução dos SME/MA.	35	Assinaturas insuficientes
39	Repúdio	Políticas de atendimento dos jovens em situação de vulnerabilidade social.	53	X
40	Repúdio	Repúdio aos cortes de investimentos.	53	X
41	Repúdio	Contra a reestrutura das carreiras AGPP - Agente de Apoio.	51	X
42	Repúdio	Contra a tentativa de mandar os CEDESPs para a Secretaria do Trabalho.	62	X
43	Repúdio	Reajuste de salário – 0,01 – Contra.	51	X
44	Repúdio	Não especificado.	58	X
45	Repúdio	Precarização Política Pública de Assistência Social Cidade de São Paulo.	64	X
46	Repúdio	Repúdio à medida provisória 905/19.	57	X
47	Repúdio	Posicionamento fascista de Conselheiro.	70	X
48	Repúdio	Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM).	60	X
49	Repúdio	Desmonte da Política Pública de Assistência Social.	55	X
50	Repúdio	Repúdio.	70	X
51	Repúdio	Cortes de verbas.	38	Assinaturas insuficientes
52	Repúdio	MROSC – Capacitação.	146	X
53	Repúdio	Processo de Conferência.	143	X
54	Repúdio	Fechamento / redução dos SMSE – MA.	35	Assinaturas insuficientes
55	Repúdio	Descaracterização do CCA.	72	X
56	Repúdio	Valorização nível médio e básico.	78	X
57	Repúdio	Assédio Moral aos Trabalhadores da Assistência Social.	98	X
58	Repúdio	Assédio Real dos trabalhadores	140	X

		do SUAS na perspectiva das OSCs.		
59	Repúdio	Conservadorismo do Serviço Social.	66	X
60	Repúdio	Transferência dos CCAs para a pasta da Educação.	70	X
61	Repúdio	Não especificado.	67	X

Moções Apresentadas em Plenária:

1. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatários: Vânia Maria Pereira da Silva

Assunto da Moção: Horas Técnicas para Serviços de Média Complexidade.

Texto da moção: Tendo em vista as horas trabalhadas em serviços de NPJ que é de média complexidade, também é com certeza que é viáveis horas pedagógicas. Pois o trabalho é de um valor importante, lidamos com várias situações também complexas. Por isso a valorização do profissional tende a ser olhada com mais importância. É um trabalho mental muito sério, atendemos a população na violação de seus direitos das formas mais diferenciadas possíveis e impossíveis e temos que direcioná-los para a solução de suas demandas.

Total de assinaturas: 86

Aprovada

2. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatários: Governo Federal

Assunto da Moção: EC 95.

Texto da moção: Nós da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, repudiamos a EC 95 e solicitamos a sua revogação imediata.

“EC 95 Congelamento do Orçamento por 20 anos.”

Total de assinaturas: 43

Reprovada – Por número insuficiente de assinaturas

3. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatários: Não especificado.

Assunto da Moção: Por uma Assistência Social que garanta os direitos dos povos indígenas.

Texto da moção: Os povos indígenas resistem a mais de 500 anos mantendo a sua cultura. Tendo seus direitos reconhecidos desde a Constituição de 88. A partir dela obtiveram-se políticas específicas na área da saúde (Lei Áurea 9836) e na Educação (LDB 96). Historicamente esta população está marcada pela desigualdade social, preconceitos e discriminação.

É preciso garantir um atendimento de Assistência Social específica e diferenciada aos povos indígenas, capazes de suprir as demandas, reafirmando sua cultura e protegendo o seu modo de vida em seu território.

Total de assinaturas: 63

Aprovada

4. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatários: SMADS - Municipal - SEDS Estadual

Assunto da Moção: Reajuste no mínimo 30% salários (Equipe técnica e convênios).

Texto da moção: Levando-se em consideração que a equipe técnica que executa a prestação de serviço qualificado dentro suas atribuições/competências técnicas (assistencial/psicológica/pedagogo/e outros com nível superior), bem como equipe administrativa; que haja repasse de no mínimo 30% de reajuste nos salários de recursos humanos (RH) conveniados. Visto que a política pública de Assistência Social luta pela equidade social, concursados e conveniados, tem os mesmos direitos sociais.

Total de assinaturas: 70

Aprovada

5. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatário: Municipal/Serviços

Assunto da Moção: Cursos Profissionalizantes.

Texto da moção: Direcionar os usuários para cursos profissionalizantes já no início de vinculação como usuário (acolhido). Não queremos só acolhida, queremos oportunidade, direção, encaminhamentos.

Total de assinaturas: 38

Reprovada – Por número insuficiente de assinaturas

6. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatário: CRAS, LOAS, SUAS, etc.

Assunto da Moção: Igualdade Social a todos.

Texto da Moção: Recomendo que a prática seja unida para se realizar e conquistar este objetivo que é:

Dividir as verbas por igual;

Todos terem moradia própria;

Todos terem estudo superior;

Todos terem salários iguais compatíveis;

Todos terem vida digna sem pobreza e etc;

Todos juntos com a assistência na luta de realizar esta igualdade.

Também organizar os benefícios de acordo com a faixa etária e separar os órgãos formando uma unidade de CRAS só para atender crianças de 0 a 12 anos, outra para adolescentes de 13 a 20 anos, outra para adultos de 21 a 59 anos, outra para idosos e deficientes etc.

Total de assinaturas: 12

Reprovada – Por número insuficiente de assinaturas

7. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatário: União / Município

Assunto da Moção: Revogação.

Texto da moção: A emenda constitucional nº 95 de 2016 deverá ser revogada, pois a mesma burla os artigos 203 e 204 da nossa Constituição Federal de 88. Do mesmo modo, no município da cidade de São Paulo foi assinado o decreto 58.636 em 21 de fevereiro que dispõe sobre a renegociação dos instrumentos jurídicos que especifica, referente aos serviços de coleta e tratamento de lixo, ações de saúde e assistência social, bem como sobre análise da prestação de contas de ajustes já encerrados.

Não basta congelar gastos públicos, como diminuíram os já existentes que são primordiais para a sobrevivência dos serviços socioassistenciais.

Total de assinaturas: 70

Aprovada

8. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatário: Berenice Giannella/SMADS

Assunto da Moção: Relato em consequência do fechamento do CCA.

Texto da Moção: Moro só eu e meu filho que era frequentador do CCA Lar Criança Feliz II desde 6 anos, hoje tem 11. Ao saber da notícia do fechamento tanto ele quanto eu choramos por vários dias porque não sabíamos o que ia acontecer. Meu filho passou a ficar todas as tardes sozinho, pois trabalho e não tenho condições de pagar ninguém para ficar com ele; com isto ele se tornou um menino triste, calado, já engordou quase 10 kg, tem muita ansiedade e está depressivo, não tem um só dia que ele não me fale que está com saudades do CCA, dos amigos, dos monitores e todos que trabalhavam lá. Me dói mais ainda quando ele diz: "Mãe, porque nos dão um lugar tão legal para ficar e depois tiram da gente". Isto é crueldade, eu fico sem palavras porque não quero deixar ele mais triste. O que sempre falo para ele é não perder as esperanças, acreditar em Deus e que tudo vai dar certo. Eu, mãe peço pelo amor de Deus que orem por nossas crianças. Peço em nome das famílias pela reabertura de um novo serviço, com a mesma quantidade de vagas, 240. Próximo do serviço que fechou, pois as crianças de 06, 07, 08 anos não podem andar sozinhas longe de casa, aluguem um imóvel e devolvam nosso direito.

Total de assinaturas: 51

Aprovada

9. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatário: Não especificado.

Assunto da Moção: Criação da Residência Inclusiva para Deficientes Intelectuais.

Texto da Moção: A realidade atual mostra a longevidade do deficiente intelectual acima de 60 anos. Passa, portanto, pelo falecimento dos pais, irmãos ou familiares em desarmonia e desestruturas familiares.

Família não preparada para assumir tais assistidos. Desconhecimento dos recursos para atendimento e Políticas Públicas.

Desta forma, criar o programa de Residência Assistida que atenda:

Pessoas com deficiência intelectual diante das necessidades a partir dos 30 anos;

Situação de vulnerabilidade psicossocial afetiva emocional;

Não ter condições de por si só de gerenciar a sua vida;

Nível social diferenciado;

Com processo de interdição.

Finalidade:

Residência vitalícia - acessibilidade - transporte - continuidade na frequência de assistência social

Perímetro urbano de moradia e vivência familiar garantida pelo assistencialismo. Histórico da Moção em anexo ao documento.

Total de assinaturas: 60

Aprovada

10. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatário: COMAS / SMADS / Programa Criança Feliz

Assunto da Moção: Recomendação/Vigoração do Decreto COMAS 1450/2019.

Texto da Moção: Nós conferencista supracitados abaixo da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, recomendamos / propomos o desvinculamento da execução do Programa Criança Feliz pelos serviços de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio – SASF, passando a ser executado por recurso próprio, conforme resolução do COMAS-SP nº 1450 de 14 de Maio de 2019.

Total de assinaturas: 92

Aprovada

11. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatário: Secretaria de Gestão da Prefeitura de S. Paulo

Assunto da Moção: Nomeação dos aprovados e pelo fim do 0,01%.

Texto da Moção: Pela não nomeação dos aprovados no concurso para o cargo de AGPPs e Analista de Assistência e Desenvolvimento Social - Serviço Social, que não foram nomeados dentro do prazo previsto em edital, mesmo estando nas vagas previstas no concurso, e pelo fim do reajuste salarial de 0,01% dos servidores públicos municipais de São Paulo, para um reajuste real.

Total de assinaturas: 61

Aprovada

12. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatário: Prefeitura

Assunto da Moção: Acolhimento para faixa específica.

Texto da Moção: Acolher pessoas acima de 50 anos de idade em local apropriado a sua faixa etária, ou seja, C.A. só para estes senhores já que estes são colocados em riscos quanto a sua integridade física e pessoal, como agressão física moral e ameaças por alguns usuários adictos.

Total de assinaturas: 37

Reprovada – Por número insuficiente de assinaturas

13. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatário: SMADS e Secretaria de Habitação – SP

Assunto da Moção: Aluguel social para acolhidos e famílias do SAICA ao atingir maturidade.

Texto da Moção: Solicitamos o benefício do aluguel social para os acolhidos no SAICA ao completarem a maioridade, com o objetivo dos jovens se organizarem no pós desacolhimento.

O jovem enquanto acolhido em medida de proteção é preparado para ser inserido no mercado de trabalho como jovem aprendiz, ao completar maioridade fica difícil manter-se no trabalho, visto que muitas vezes as vagas para a República Jovem saem em regiões distantes do emprego.

Total de assinaturas: 70

Aprovada

14. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatário: Não especificado.

Assunto da Moção: Cursos rápidos de capacitação.

Texto da Moção: Cursos rápidos de capacitação para inserção rápida no mercado de trabalho para maiores de 40 anos. Já que alguns cursos rápidos são oferecidos para faixa etária destinada a jovens e sem estender aos mesmos desta faixa dos 40 anos em diante.

Total de assinaturas: 33

Reprovada – Por número insuficiente de assinaturas

15. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatário: SMADS

Assunto da Moção: Políticas Públicas para faixa etária de 30 a 59 anos.

Texto da Moção: Nós participantes da XIII Conferência Municipal da Assistência Social da Cidade de São Paulo recomendamos políticas públicas voltadas à profissionalização da faixa de 30 a 59 anos, visto que neste período há grande probabilidade de desemprego e desqualificação, bem como entendemos que o sucateamento da mão de obra de trabalho interfere significativamente na baixa autoestima e índices de suicídios.

Total de assinaturas: 65

Aprovada

16. Tipo da Moção: Recomendação

Destinatário: PMSP/SMADS/Gestão

Assunto da Moção: Convocação Servidores Públicos.

Texto da Moção: Contratação imediata dos aprovados no concurso público de Assistentes Sociais de 2014.

Total de assinaturas: 51

Aprovada

17. Tipo da Moção: Apoio

Destinatário: SMADS

Assunto da Moção: Serviços para população LGBTI+.

Texto da moção: A importância de haver serviços da Política de Assistência voltada para a população LGBTI+, tais como: centros de referência, Centro de acolhida para LGBTI+ da terceira idade, Centro de acolhida específico para feminino e masculino; aprimoramento da qualificação dos profissionais na rede sócio assistencial e demais políticas públicas.

Total de assinaturas: 70

Aprovada

18. Tipo da Moção: Apoio

Destinatário: Governo Estadual / Municipal

Assunto da Moção: CAE Convalescente.

Texto da Moção: Fazemos saber a necessidade da implantação de mais equipamentos de CAE Convalescente no município de São Paulo, visto que a demanda é grande e não temos equipamentos suficientes para atender os que necessitam.

Em São Paulo uma grande cidade, temos apenas CAE (Centro de Acolhida Especial) e este equipamento destina-se aos usuários que estavam hospitalizados e necessitam de cuidados especiais, com acompanhamento médico para restaurar a saúde em um equipamento adequado, para conseguir assim seu projeto de vida e ter a sua emancipação profissional e pessoal saindo da situação de vulnerabilidade social.

Total de assinaturas: 62

Aprovada

19. Tipo da Moção: Apoio

Destinatário: AGPP e Agentes de Apoio da PMSP

Assunto da Moção: Apoio à luta dos trabalhadores.

Texto da Moção: Nós, presentes na XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de SP declaramos total apoio aos trabalhadores AGPP e Agente de Apoio que estão em greve pela valorização da carreira destes trabalhadores que há anos não recebe reajuste e aumento salarial.

A reestruturação apresentada pelo prefeito implica em perda de direitos dos trabalhadores sendo uma afronta a todos nós.

Viva a luta dos trabalhadores!

Pela valorização dos AGPP e Agente de APOIO da Prefeitura de SP.

Total de assinaturas: 63

Aprovada

20. Tipo da Moção: Apoio

Destinatário: CRAS, COMAS-SP, LOAS, etc.

Assunto da Moção: Mudança organização (Tik-Vale).

Texto da Moção: Apoio a criação da proposta relativa à mudança e organização da retirada dos cartões de Bolsa Família, LOAS, etc, sendo que criará o projeto proposta Tik-Vale referente ao valor da contribuição mensal a cada cidadão cadastrado sendo dividido o valor para cada necessidade básica sendo alimentação, cereais, vegetais, frutas, legumes, roupas, calçados, calças, etc, e o valor da água, luz, telefone será debitado pelo CRAS, LOAS, etc, automático crédito do cadastrado no SUAS, LOAS, CRAS, CREAS, etc. Assim (*ilegível*) que os assegurados em receber seu benefício não precisará ir ao banco nem na lotérica receber seus benefícios pois este Tik-Vale será enviado pelo correio para que o beneficiado possa comprar suas necessidades mensais, cereais, vegetais, e a água luz, fone: já estão pagos automático pelo CRAS, LOAS, SUAS etc, e receberão os Tik-Vale especificando o valor e o produto a comprar e será com a apresentação do RG do beneficiado mesmo com idosos e crianças, etc.

Anexo:

Criação do Kit-Vale.

Benefício do Tik-Vale.

Um funcionário poderá entregar o Tik-Vale, não precisará ir ao banco pessoalmente, casa lotérica sacar nada. Receberá o Tik-Vale pelo correio - 10 dias antes do começo do mês - já vem separado o valor das compras 500,00 p/ despesas comidas, cereais, arroz, feijão etc. 250,00 frutas, vegetais, legumes. 250,00 água, luz, telefone e vestimentas, lazer etc. Vale o Tik-Vale para os cartões Bolsa Família, LOAS, SUAS, etc., todos os órgãos ou entidade que beneficia as famílias pobres ou de baixa renda pois não precisará depositar o dinheiro nas agências bancárias nem casas lotéricas é só mandar o Tik-Vale especificando o valor de cada necessidade do usuário.

Total de assinaturas: 29

Reprovada – Por número insuficiente de assinaturas

21. Tipo da Moção: Apoio

Destinatário: Secretaria de Assistência Social e PMSP

Assunto da Moção: Abertura de Centro Dia para Pessoas com Deficiência nas regiões metropolitanas de São Paulo (Leste, Sul, Norte, Oeste e Grande SP).

Texto da Moção: Representando a pessoa com deficiência como profissional e através de demandas vivenciadas por estas pessoas e seus familiares, é necessário a abertura deste serviço de Proteção Social que oferece apoio “em tempo integral” propiciando qualidade de vida à pessoa com deficiência e seus

cuidadores o que acarreta a “sobrecarga e estresse” à família. Oficialmente inaugurado no ano de 2012, há apenas uma unidade em Campinas, o que torna inacessível a famílias e pessoas com deficiência em outros territórios de moradia. Este serviço a princípio é voltado para pessoas com deficiência com “dependência”, além de obter uma equipe e trabalho multiprofissional para acompanhar e realizar a efetivação de direitos e encaminhamentos efetivos para o público.

Existem no total 27 Centros Dia, porém por unidade de Federação (um por Estado).

É necessário ampliar os serviços a nível Municipal e regiões.

Núcleo de Apoio à Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência NAISDA
Novos Horizontes

Total de assinaturas: 114

Aprovada

22. Tipo da Moção: Apoio

Destinatário: Patrícia Brandão/Municipal

Assunto da Moção: Não especificado.

Texto da Moção: Visando o grande número de munícipes de São Miguel Paulista, pedimos às autoridades conforme preconiza a política Nacional de Assistência Social e sistema de Assistência Social a criação e (*ilegível*) de um CREAS e CRAS para melhor atender a comunidade desta região e melhorar as Políticas Públicas da região.

Total de assinaturas: 24

Reprovada – Por número insuficiente de assinaturas

23. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: Michel

Assunto da Moção: LGBTQIA+

Texto da moção: Criação de núcleos específicos para o grupo LGBTQIA+, idosos e crianças, permanentes dos serviços em geral.

Total de assinaturas: 70

Aprovada

24. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: SMADS

Assunto da Moção: Programa Criança Feliz.

Texto da moção: Nós conferencistas presentes na XIII Conferência Municipal da Assistência Social, repudiamos a postura da SMADS em manter o Programa Criança Feliz no SASF, desrespeitando a resolução do COMAS que determinava a sua desvinculação do SASF.

Total de assinaturas: 65

Aprovada

25. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: Senado Federal

Assunto da Moção: Revogação da Emenda Constitucional 95/2016.

Texto da moção: Os membros da XIII Conferência Municipal da Assistência Social da Cidade de São Paulo, composta por usuários, trabalhadores dos SUAS e OSCs, apresenta a moção de repúdio da Emenda Constitucional 95/2016 com o intuito de revogar tal emenda, que prevê limite de gastos e proíbe investimentos de recursos na área social por 20 anos, tendo em vista que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), será o indicativo de crescimento, teremos conseqüentemente uma redução significativa dos gastos sociais, tendo os gastos condenados a estagnação.

Total de assinaturas: 90

Aprovada

26. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: SMADS

Assunto da Moção: Cortes de Verbas.

Texto da moção: Nós da XIII Conferência Municipal de Assistência, repudiamos os cortes que vem tendo unilateral nos serviços tipificados da Cidade de São Paulo principalmente nos CCAs, CEDESP, CJ e MSE/MA.

Total de assinaturas: 38

Reprovada – Por número insuficiente de assinaturas

27. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: Chamamento dos concursos públicos.

Assunto da Moção: Repudiam-se as ações da Prefeitura de São Paulo de promover concursos públicos e não efetivar o chamamento dos aprovados. A política de Assistência Social vivencia um processo de sucateamento e precarização das relações de trabalho, portanto, se faz urgente e necessário o chamamento dos assistentes sociais e profissionais de nível médio habilitados para ingresso na SMADS.

Total de assinaturas: 71

Aprovada

28. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: COMAS

Assunto da Moção: Metodologia de trabalho na conferência.

Texto da moção: Nós delegados e participantes da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, por meio desta moção vimos expor a nossa indignação sobre o modo de como a empresa “Instituto Potencial” conduziu o processo metodológico e logístico desta conferência. Elencamos alguns aspectos de reprovação:

Metodologia não adequada ao público;

Falta de capacitação dos facilitadores;

Alteração de deliberações do regimento interno quanto ao número de salas;
Alteração textual das propostas no momento da sistematização;
Diversificação do cardápio;
Café nos intervalos;
Logística de salas e local para discussões.

Total de assinaturas: 53

Aprovada

29. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: Governo Federal

Assunto da Moção: Contra a Redução da Maioridade Penal.

Texto da moção: Nós participantes da XIII Conferência Municipal de Assistência, repudiamos a criminalização e retrocesso do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere à redução da maioridade penal, desresponsabilizando o Estatuto de assumir a garantia ao acesso da Proteção Integral deliberados no Marco da CF/88 e no ECA.

Total de assinaturas: 64

Aprovada

30. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: Ministério Público/Defensoria Pública

Assunto da Moção: Criminalização da Juventude.

Texto da moção: Nós participantes da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, repudiamos a criminalização da Juventude pobre, negra e periférica por parte de ações e abordagens policiais de forma arbitrária e violenta, que se utiliza do abuso de poder para infringir os direitos legais, contrariando a CF/88 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Total de assinaturas: 70

Aprovada

31. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: Prefeitura do Município de São Paulo

Assunto da Moção: Revogação do Decreto 58.636, 18/02/19.

Texto da moção: Nós delegados da XIII Conferência Municipal de Assistência, repudiamos a ação do Prefeito Bruno Covas junto a Fazenda municipal de criar o Decreto que reduz recurso na Política de Assistência Social, vulnerabilizando ainda mais os serviços aos usuários no território. Além disso, congelou por meses os recursos da pasta, chegando à \$ 281 milhões numa cidade onde a arrecadação somente aumenta.

Por isso repudiamos e pedimos a revogação imediata do Decreto, e conclamamos que a Câmara Municipal aprove para 2020 o Orçamento apresentado pelo COMAS e pressionado pelo FAZ para execução.

SUAS RESISTE!

Total de assinaturas: 55

Aprovada

32. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: Federal, Estadual e Municipal

Assunto da Moção: Contra a PLP459/2017 Senado.

Texto da moção: Nós delegados da XIII Conferência Municipal de Assistência, repudiamos a PLP459/2017 que visa legalizar a transferência abusiva dos recursos públicos para bancos privados, gerando imenso prejuízos às finanças públicas, o que afetará as políticas sociais, dente elas a Assistência Social.

Total de assinaturas: 50

Aprovada

33. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: Prefeitura do Município e SMADS

Assunto da Moção: Sucateamento dos Equipamentos da Assistência Social.

Texto da moção: Nós conferencistas da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, repudiamos o sucateamento dos equipamentos de Assistência Social (CRAS, CREAS e Centros POP) com o não chamamento dos concursados aprovados em 2015, com a possibilidade de fechamentos destes equipamentos. Sem RH o equipamento não funciona.

Total de assinaturas: 50

Aprovada

34. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: Prefeitura/SMADS

Assunto da Moção: Contra a tentativa de fechamento de CEDESP.

Texto da moção: Neste ano, por meio de dois Decretos (58665/2019 e 58726/2019) que juntos retiraram 24 milhões dos CEDESPs, ou seja, se não fosse a forte mobilização dos trabalhadores e usuários da Assistência Social, os CEDESPs não iriam mais existir.

Total de assinaturas: 64

Aprovada

35. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: SMADS

Assunto da Moção: Corte de repasse em mês de férias coletivas.

Texto da moção: Nós delegados da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, repudiamos a ação de SMADS de cortar o repasse integral dos serviços em mês de férias coletivas, repassando apenas o valor de RH.

Ora, a pasta tem recursos congelados, não recebe repasse para dissídio de trabalhadores, não recebe verba de humanização há dois anos e ainda tem atrasos nos repasses mensais. Por tudo isso, não podemos aceitar esse corte

que pode afetar toda a Proteção Básica e serviços que optaram por férias coletivas e mais, a OSC assina o Termo de Colaboração aceitando recurso integral de repasse por todo o período destacado, para conveniamento.

Não aceitamos mais cortes.

Total de assinaturas: 50

Aprovada

36. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: Não especificado.

Assunto da Moção: Contra as Deliberações que prejudicaram os Editais dos CEDESPs.

Texto da moção: Neste ano tivemos 32 chamamentos públicos para CEDESP. Destes, 14 foram prejudicados. Cabe salientar que são todos editais onde já existe CEDESP, ou seja, serviços em continuidade.

A reclamação destes conferencistas está com relação aos motivos que levaram a desclassificação dos CEDESPs. Em tese todos elaboraram plano de trabalho de acordo com os editais, normas e legislações vigentes.

É também fato que todos esses CEDESPs se mobilizaram e brigaram muito contra o desmonte da política de Assistência Social.

Este repúdio não é somente contra as deliberações que prejudicaram os CEDESPs, mas contra todas as tentativas de fechamento que estes serviços enfrentaram.

Total de assinaturas: 54

Aprovada

37. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: SMADS

Assunto da Moção: Corte de repasse em mês de férias coletiva.

Texto da moção: Nós delegados da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, repudiamos a ação de SMADS de cortar o repasse integral dos serviços em mês de férias coletivas, repassando apenas o valor de RH.

Ora, a pasta tem recursos congelados, não recebe repasse para dissídio de trabalhadores, não recebe verba de humanização há dois anos e ainda tem atrasos nos repasses mensais. Por tudo isso, não podemos aceitar esse corte que pode afetar toda a Proteção Básica e serviços que optaram por férias coletivas e mais, a OSC assina o Termo de Colaboração aceitando recurso integral de repasse por todo o período destacado, para conveniamento.

Não aceitamos mais cortes.

Total de assinaturas: 50

Aprovada

38. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: SMADS/Prefeitura de São Paulo

Assunto da Moção: Fechamento/redução dos SME/MA

Texto da moção: Nós, delegados da XIII Conferência Municipal da Assistência da Cidade de São Paulo, repudiamos a redução na capacidade dos serviços de medida socioeducativa em meio aberto com avaliação satisfatória do município com a conseqüente precarização do atendimento pelos trabalhadores remanescentes e inviabilizada da efetivação do princípio da intersetorialidade das intervenções em virtude de sobrecarga de trabalho, prejudicando os adolescentes em seus respectivos processos judiciais e violando a Proteção Integral prevista no artigo 227 da CF.

Total de assinaturas: 35

Reprovada – Por número insuficiente de assinaturas

39. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: Prefeitura do Município de São Paulo

Assunto da Moção: Políticas de atendimento dos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Texto da moção: Nós, delegados da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da cidade de São Paulo repudiamos a inexistência/insuficiência de programas específicos de atendimento a jovens em situação de acolhimento institucional que tenham atingido recentemente a maioria, bem como a ausência de política pública adequada e satisfatória voltada a profissionalização de adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa em meio aberto ns principais bolsões de vulnerabilidade social da cidade de São Paulo/SP, exigindo do Poder Público a observância rigorosa e integral da criança e do adolescente (SINASE) e Constituição Federal, mediante criação de tais programas.

Total de assinaturas: 53

Aprovada

40. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: Federal

Assunto da Moção: Repúdio aos cortes de investimentos.

Texto da moção: Nós delegados da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, repudiamos a EC 95/16 que congela os investimentos nas políticas públicas sociais durante 20 anos. Repudiamos também as PECs do Pacto Federativo, dos Fundos Públicos e a Emergencial. Defendemos que seja estabelecido um percentual mínimo dos recursos do fundo público para o financiamento de Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Total de assinaturas: 53

Aprovada

41. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: Prefeitura SP

Assunto da Moção: Contra a reestrutura das carreiras AGPP- Agente de Apoio.

Texto da moção: Nós conferencistas da XIII Conferência Municipal da Assistência Social da Cidade de São Paulo, apresentamos nosso repúdio a proposta apresentada pelo Governo para reestruturação das carreiras de nível médio e básico. Os trabalhadores dos serviços públicos da cidade se orgulham de seu trabalho junto a população, lutam diariamente mesmo com a falta de condições de trabalho, com a falta de servidores, pela recusa da PMSP em chamar concursados aprovados.

Há necessidade de a PMSP rever suas propostas e valorizar seus funcionários. Os servidores desta categoria são os que menos recebem. Os reajustes salariais foram de 0,01% ano após ano. Recebem R\$ 755,00 de piso salarial e o nível básico é de R\$ 920,00 para o ensino médio.

Total de assinaturas: 51

Aprovada

42. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: Prefeitura/SMADS

Assunto da Moção: Contra a tentativa de mandar os CEDESPs para a Secretaria do Trabalho.

Texto da moção: Os CEDESPs são os servidores com objetivo no fortalecimento de vínculos sociais, comunitários e familiares.

Apesar de trabalhar o mundo do trabalho esta não é a principal atividade do CEDESP.

O CEDESP trabalha na política da Assistência Social.

É inacreditável que aqueles que são responsáveis pelas políticas públicas não sabem diferenciar propostas tão distintas que é da Secretaria do Trabalho e da Assistência e Desenvolvimento Social.

Total de assinaturas: 62

Aprovada

43. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatários: PMSP

Assunto da Moção: Reajuste de salário – 0,01 – Contra.

Texto da moção: Nós delegados da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, repudiamos a lei que aprova o reajuste de 0,01% para o funcionalismo público. Lei 17,224 de 31 de outubro de 2019.

Total de assinaturas: 51

Aprovada

44. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: COMAS/SP

Assunto da Moção: Não especificado.

Texto da moção: Desde o ano de 2018 há uma defasagem significativa no número de adolescentes e jovens nos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto. Com a redução do convênio, profissionais comprometidos com o trabalho foram demitidos.

A redução não tem nada a haver com a melhoria de condições de vida dos adolescentes, pelo contrário, a violência na periferia continua maior que antes.

Os adolescentes continuam sendo assassinados, não há espaços de esporte e lazer. Os serviços da proteção básica que poderiam realizar o atendimento para esses adolescentes também estão passando por um processo de redução.

Queremos refletir as causas da diminuição e o que de fato está acontecendo na cidade que justifique essa redução, pois não é somente o cumprimento integral da medida como nos foi dito até agora.

Total de assinaturas: 58

Aprovada

45. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: SMADS – Município

Assunto da Moção: Precarização Política Pública de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

Texto da moção: Repudiamos a precarização da política pública de assistência social na cidade de SP, cujos quadros de Rh estão defasados, com demandas contínuas e crescentes incluindo atribuições que não são de sua competência, sobrecarregando os profissionais existentes, o não chamamento dos profissionais que passaram no concurso público; o desmonte do plano municipal de educação permanente para todos trabalhadores do SUAS; a precarização na oferta de serviços de proteção básica e especial em quantidade que atenda a demanda existente, com garantia da qualidade dos profissionais. Sabendo que a evasão de profissionais qualificados é grande em razão da baixa remuneração e condições oferecidas para o desenvolvimento do trabalho, e quadro de funcionários além do necessário.

Total de assinaturas: 64

Aprovada

46. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: Senadores/as; Deputados/as Federais e Presidência da República

Assunto da Moção: Repúdio à medida provisória 905/19.

Texto da moção: Nós, conferencistas, da XVIII Conferência de Assistência Social de SP, repudiamos a MP 905/19 que, de maneira irresponsável institui o contrato de trabalho verde e amarelo e (ilegível), ainda mais, os direitos trabalhistas.

Extingue o descanso dominical, isenta empresas de garantias aos trabalhadores, ataca profissões regulamentadas e, de maneira dissimulada, RETIRA O SERVIÇO SOCIAL DO INSS.

Não aceitaremos esse ataque e mobilizaremos todos os esforços para que haja supressão desse ponto, reconhecendo a importância e a história do serviço social no INSS para garantia de acesso a direitos pela população usuária, ou seja, por todos/as nós trabalhadores/as.

Total de assinaturas: 57

Aprovada

47. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: COMAS-SP

Assunto da Moção: Posicionamento fascista de Conselheiro.

Texto da Moção: Nós, conferencistas, repudiamos o posicionamento do Conselheiro Hélio de Oliveira do Poder Público, em suas redes sociais, através de “posts” que zombam da morte de Marielle Franco, que sugerem repressão ao STF e que zombam da jovem ativista Greta Thunberg e de seu discurso na ONU.

O SUAS não é compatível com este tipo de ideologia conservadora e totalitária. O senhor Hélio não representa a defesa do SUAS.

Marielle, presente!

Total de assinaturas: 70

Aprovada

48. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: SMADS

Assunto da Moção: Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM).

Texto da moção: Moção de repúdio ao pronunciamento do Sr. Prefeito Bruno Covas sobre a intenção de mudança dos Centros de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM) para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) (não mais pertencendo à SMADS), o que acarretará impactos no quadro de RH, orçamento e precarização do serviço.

Total de assinaturas: 60

Aprovada

49. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: Governo Federal, Estadual

Assunto da Moção: Desmonte da Política Pública de Assistência Social.

Texto da Moção: Repudiamos o desmonte em curso da Política Pública de Assistência Social com a exclusão do Ministério do Desenvolvimento Social, anexando a outras Pastas, a diminuição da verba no Orçamento destinado a Assistência Social, a não realização da Conferência Nacional e Estadual de Assistência Social, prejudicando a participação de todos os atores; o

cerceamento da participação da sociedade civil nas deliberações afeta a A. Social.

Total de assinaturas: 55

Aprovada

50. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: Prefeitura

Assunto da Moção: Repúdio.

Texto da Moção: Repúdio aos fechamentos dos CCA e CCJ e corte de verbas. Em várias localidades das regiões de São Paulo.

E a ampliação desses serviços.

Total de assinaturas: 70

Aprovada

51. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: SMADS

Assunto da Moção: Cortes de verbas

Texto da Moção: Nós, XIII Conferência Municipal de Assistência repudiamos os cortes que vem tendo unilateralmente nos serviços tipificados da cidade de São Paulo principalmente nos CCAs e CEDESP, CJ e MSE/MA.

Total de assinaturas: 38

Reprovada – Por número insuficiente de assinaturas

52. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: SMADS

Assunto da Moção: MROSC - Capacitação

Texto da Moção: Repudiamos SMADS quanto a implementação do MROSC nas normativas publicadas em D.O. sem discussão e capacitação para os trabalhadores do SUAS (servidores e profissionais das OSCs) promovendo interpretações regionais diferentes. Escancarando o desleixo do SMADS com a execução da política pública.

Total de assinaturas: 146

Aprovada

53. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: COMAS/COC/SMADS

Assunto da Moção: Processo de Conferência.

Texto da Moção: Repudiamos todo o processo conferencial deste ano que resultou na Conferência Municipal 2019 pelo que se segue:

- Ausência da Secretária de Assistência Social que não se dignou a enviar nenhuma mensagem aos trabalhadores e usuários e ao Gestor do SUAS que tão pouco explicou sua ausência.
- Alteração da data da Conferência próximo de sua realização.

- Ter dois endereços para realização - sendo que o Clube Homs não tem estrutura adequada.
- A metodologia adotada pela empresa, inadequada a Conferência.
- A programação do 1º dia, pouco produtiva.
- Entrega dos formulários para Moção ser entregue somente nos grupos. Espaço que é de discussão, não de elaboração de Moção.
- Credenciamento confuso, demorado e com crachá de mesma cor.
- Na Maestro Cardim, as salas não facilitam organização de grupos.
- Alimentação: baixa qualidade e servida no marmitex; no café da manhã, pão com mofo.

Total de assinaturas: 143

Aprovada

54. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: SMADS/Prefeitura de São Paulo/SP

Assunto da Moção: Fechamento/redução dos SMSE – MA.

Texto da Moção: Nós, Delegados da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo repudiamos a redução na capacidade dos serviços de medida socioeducativa em meio aberto com avaliação satisfatória do município, com a consequente precarização do atendimento pelos trabalhadores remanescentes e inviabilização da efetivação do princípio da intersectorialidade das intervenções em virtude de sobrecarga de trabalho, prejudicando os adolescentes em seus respectivos processos judiciais e violando a Proteção Integral prevista no artigo 227 da CF.

Total de assinaturas: 35

Reprovada – Por número insuficiente de assinaturas

55. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: Não especificado.

Assunto da Moção: Descaracterização do CCA.

Texto da Moção: Repudiamos a transferência do CCA para pasta da educação, pois tal ato descaracteriza a principal função do serviço que é a convivência do público alvo do serviço.

A transferência deste serviço agride de forma direta a assistência social e o funcionamento do SUAS.

Total de assinaturas: 72

Aprovada

56. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: Secretaria Gestão / SMADS

Assunto da Moção: Valorização nível médio e básico

Texto da Moção: Tem a presente, a finalidade de repudiar a forma desrespeitosa que a Secretaria de Gestão vem tratando a reestruturação dos AGPPs, ASTs e Agentes de Apoio.

Ontem dia 12/11/19, a Secretaria de Gestão anunciou que não existe mais nada a ser negociado com as entidades e sindicato que representa a categoria e comunicou que enviou um projeto de reestruturação que deixa de fora + 60% da categoria sem valorização real de seus vencimentos, a Câmara Municipal. Transforma os salários em subsídios e tira direitos como, quinquênio, sexta-parte e além disso, outro projeto já aprovado na Câmara, não dá mais o direito à incorporação de cargo em comissão. Gostaríamos a retomada das negociações na busca de uma valorização real dos aposentados, AGPPs, ASTs e Agentes de Apoio, bem como a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social se pronunciasse diante da situação exposta.

Total de assinaturas: 78

Aprovada

57. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: SMADS e entidades (OSCs)

Assunto da Moção: Assédio Moral aos Trabalhadores da Assistência Social.

Texto da Moção: Repudiamos as chefias que tem executado práticas assediadoras contra os trabalhadores em seus locais de trabalho.

Repudiamos também essa gestão que institucionalizou o assédio moral, promovendo os assediadores e/ou mantendo-os em seus cargos sem impedir que as práticas assediadoras ocorram novamente. E as pratica também, na medida em que não assegura condições adequadas de trabalho e faz exigências impossíveis de serem executadas pelos trabalhadores e com prazos curtos.

Total de assinaturas: 98

Aprovada

58. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: SMADS

Assunto da Moção: Assédio Real dos trabalhadores do SUAS na perspectiva das OSCs.

Texto da Moção: Tendo em vista o contexto de atuação das Organizações da Sociedade Civil como parceiras no exercício dos serviços socioassistenciais que viabilizam o SUAS, tais trabalhadores expressam por meio desta uma série de assédios em seu cotidiano profissional, a saber: redução salarial dentro do mesmo cargo profissional sob pena de retaliações como pressão para demissão, desrespeito a direitos básicos do trabalhador, como por exemplo, a falta de alimentação em local adequado e reservado para momento de descanso, fora a falta de segurança da execução do trabalho em condições insalubres, sem alguma garantia para tal, por exemplo a falta de amparo de assistência médica, dentre outros. Dentro os itens acima elencados a “prática” da mais valia, se consiste também na rotina do (*ilegível*) do limite de carga horária contratada e o aumento de funções que onere o trabalhador de forma demasiada, além de suas naturais atribuições.

Total de assinaturas: 140

Aprovada

59. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: Não especificado.

Assunto da Moção: Conservadorismo do Serviço Social

Texto da Moção: Repudiamos toda forma de conservadorismo na Política Pública de Assistência Social, visto que é contrário ao projeto ético político profissional e aos princípios do código de ética do Serviço Social.

Total de assinaturas: 66

Aprovada

60. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: Não especificado.

Assunto da Moção: Transferência do CCAs para a pasta da Educação.

Texto da Moção: Garantir a manutenção dos CCAs na pasta da Assistência Social de acordo com a Tipificação Nacional de Assistência Social.

Total de assinaturas: 70

Aprovada

61. Tipo da Moção: Repúdio

Destinatário: Ao Programa Criança Feliz

Assunto da Moção: Não especificado.

Texto da Moção: Nós da Assistência Social, repudiamos o Programa Criança Feliz, onde descaracteriza o trabalhador do serviço socioassistencial, reforçando estereótipos conservadores e moralistas, atividades desenvolvidas primeiro damismo, atribuindo a mulher o papel de cuidadora com forte apelo maternal.

Total de assinaturas: 67

Aprovada

• ELEIÇÃO E REFERENDO DOS DELEGADOS

Conforme previsto no artigo Art. 18º. do Regimento Interno da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo:

Art. 18º. A Plenária da XIII Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo é deliberativa e constituída pelos(as) Delegados(as) devidamente credenciados(as). A Plenária terá a competência de discutir, aprovar ou rejeitar, em parte ou na totalidade, o Regimento Interno; discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas consolidadas nos grupos de trabalho, além das moções

encaminhadas pelos participantes, em conformidade com as regras estabelecidas neste Regimento Interno, bem como referendar os representantes para a II Conferência Estadual Livre e Democrática, e também eleger e referendar os delegados/representantes para a XII Conferência Estadual de Assistência Social (CONSEAS).

I – Os delegados (as)/representantes para a XII Conferência Estadual de Assistência Social (CONSEAS) serão eleitos (as) por cada segmento: organizações sociais, trabalhadores (as) do SUAS (sociedade civil), usuários (as), Poder Público (Gestão e trabalhadores do SUAS do Poder Público), em Assembleia própria coordenada por um representante eleito entre os pares com apoio da empresa contratada e mediação de um representante do COMAS, de preferência do mesmo segmento.

II – Para a XII Conferência Estadual de Assistência Social serão eleitos 32 delegados/representantes com oito vagas por segmento.

Delegados eleitos para a XII Conferência Estadual da Assistência Social de São Paulo



Segmento usuários



Segmento Trabalhadores do SUAS – Sociedade Civil



Segmento Trabalhadores do SUAS – Poder Público



Segmento Organizações Sociais

Observação: dois delegados não estavam presentes no momento da foto.

Para tanto, foi entregue aos Conferencistas interessados em se candidatarem a delegados, para eleição ou referendo, no segundo dia da Conferência, uma ficha de inscrição, para que fosse assinalada a intenção de participação nas Conferências acima citadas. As fichas tiveram como prazo máximo de entrega, às 11h00 da Plenária Final, do dia 13 de novembro.

A Presidente do COMAS esclareceu na Plenária Final, que não haveria eleição de delegados para a II Conferência Estadual Livre e Nacional Democrática, uma vez que por não se tratar de Conferências oficiais, os conferencistas deveriam apenas indicar a sua intenção em participar, a qual seria referendada pela Plenária. Por ser uma Conferência Livre, todos poderiam participar.

Esclareceu, ainda, que não haveria financiamento para as despesas dos delegados interessados. O COMAS, por sua vez, havia feito uma tentativa de utilização da verba do IGD-SUAS, destinada a custear os Conselhos, mas não sendo uma Conferência oficial, não houve autorização para o uso do recurso. Complementou dizendo, que apesar de ser uma verba destinada aos Conselhos, o COMAS não gerencia esta verba.

Encerrada a leitura de todas as moções, às 21h46, iniciou-se a eleição das 32 vagas para delegados para XII Conferência Estadual de Assistência Social, a realizar-se em 2020.

Cada um dos segmentos se reuniu, para então, definir quem seria eleito delegado, para que a Plenária pudesse referendá-los.

Cabe observar, no entanto, que devido ao horário adiantando da XIII Conferência Municipal da Cidade de São Paulo, não foi possível referendar as intenções para a II Conferência Estadual Livre e Nacional Democrática.

Faz-se necessário esclarecer, que como as Organizações Sociais referendaram apenas 6 (seis) delegados, mas possuía 8 (oito) vagas, ficou decidido que seria colocado no relatório que as duas vagas remanescentes seriam remanejadas ao segmento dos Trabalhadores do SUAS/Sociedade Civil e Usuários, na proporção de 01 (uma) vaga para cada. A solicitação foi votada e aprovada pela Plenária às 22h20. Portanto, os dois segmentos citados elegeram 09 (nove) delegados cada.

O quadro a seguir apresenta a relação de delegados titulares e suplentes eleitos por segmento, para a XII Conferência Estadual de Assistência Social.

Quadro 11 - Segmento: Organizações Sociais

	NOME	DOCUMENTO	TITULAR	SUPLENTE
1	Carlos Aureliano	130.040.118-40	X	
2	Erasmus Francisco Ferreira dos	183.012.788-89	X	

	Santos			
3	Geraldo Brito de Souza Júnior	292.171.448-51	X	
4	Maria Cecília H. Mattos Apostolopoulos	767.013.958-72	X	
5	Maria Telma Fernandes de Farias	146.793.278-71	X	
6	Vanderson Xavier Barbosa	365.628.988-38	X	

Quadro 12 - Segmento: Usuários

	NOME	DOCUMENTO	TITULAR	SUPLENTE
1	Antônio Alexandre de Andrade Patto	403.319.621-87	X	
2	Cibele Ane Faustino	295.739.058-25		X
3	Fátima Braz da Silva Lima Santos	132.561.128-03	X	
4	Giancarlo Antônio Oliveira da Silva	258.417.688-24	X	
5	José Benedito França Pereira	938.422.203-72	X	
6	Jurandir Santos Zaneti	948.367.018-72	X	
7	Manoel Lucimar dos Santos	064.471.088-89		X
8	Maria Laura Alves Lima	148.762.178-74	X	
9	Martha Santos de Aguiar	838.603.128-04	X	
10	Rita de Cássia Santos	064.882.448-92	X	
11	Sheyla dos Santos Moraes	318.997.008-46	X	

Quadro 13 - Segmento: Trabalhadores do Suas (Sociedade Civil)

	NOME	DOCUMENTO	TITULAR	SUPLENTE
1	Aline Bernardes Teodoro	35.743.037-2	X	
2	Allan Francisco Carvalho	082.351.378-52	X	
3	Andréia Cristina de Jesus Correia	304.242.308-52		X
4	Ana de Araújo	394.345.068-67		X
5	Arthur de Oliveira Azevedo	415.187.918-83		X
6	Carlos Gustavo Silva Duque	34.235.815-7	X	
7	Cinthia Aparecida da Silva	344.707.138-99		X
8	Cláudia Aparecida Jorge	24.357.126-4	X	
9	Dayana Jacinto P. Costa	41.958.353-1		X
10	Guilherme Ray Martins da Silva	403.552.608-83	X	
11	Júlia de Mello Souza	52.634.308-9	X	
12	Luiz Donizette Pinto Araújo	319.683.908-71	X	
13	Onésimo Ribeiro Gomes	111.479.768-56		X
14	Roney Petrow Oliveira	303.950.108-96		X
15	Suene Lucas Gomes de Oliveira	224.153.878-78	X	
16	Viviane Alves dos Santos	279.986.418-00		X
17	Willian Lopes Assis Junior	491.142.148-73	X	

Quadro 14 - Segmento: Trabalhadores do Suas (Poder Público)

	NOME	DOCUMENTO	TITULAR	SUPLENTE
1	Adriana Rezende da Silva Telles	087.473.538-64	X	
2	Ana Cléia Machado Araújo	268.559.868-54	X	
3	Camila Cristina Maria Alfieri	387.477.418-05	X	
4	Carlos Ailton dos Santos Júnior	413.857.798-02	X	
5	Cláudia Roziane Cirilo Silva	246.196.588-98		X
6	Débora Cristina R. Domingos Pantani	307.342.428-83		X
7	Erika Hecht	051.969.038-95	X	
8	Jane Santos da Cruz	315.360.448-73		X
9	Kátia Regina Muniz	290.103.948-08	X	
10	Marta Yurie Yoshikawa	313.041.938-10		X
11	Thyago Augusto de Carvalho	228.041.038-97	X	
12	Vanessa dos Santos Rufino Silva	405.983.568-43	X	

Como pode ser observado nos gráficos a seguir, o número de vagas para delegados titulares de cada segmento foi preenchido em sua totalidade, com o remanejamento de duas vagas remanescentes dos Representantes das Organizações Sociais, para os segmentos dos Trabalhadores do SUAS (Sociedade Civil) e Usuários.

Gráfico 9 – Delegados eleitos por segmento: Titulares

Com relação aos delegados suplentes, no entanto, as vagas disponibilizadas, 32 no total (8 por segmento), não foram preenchidas. Apenas os Trabalhadores do SUAS (Sociedade Civil) indicaram o total de 8 delegados suplentes.

Gráfico 10 – Delegados eleitos por segmento: Suplentes

- **AVALIAÇÃO DOS CONFERENCISTAS**

Após a plenária final, **352** participantes encaminharam para a equipe do Instituto Potencial as fichas de avaliação preenchidas, contendo suas opiniões, críticas e sugestões referentes a aspectos relevantes da Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo.

Gráfico 11 - Avaliações: Organização

Os dados contidos no gráfico acima indicam que o **Manual Do Conferencista** obteve a melhor avaliação dentre os itens apresentados, tendo sido avaliado como “bom” para 52,3% e seguido de “ótimo” para 20,5% dos formulários respondidos. Destaca-se que a somatória desses conceitos expressos no gráfico, obtém índice de 72,8%.

Em segundo lugar, o item mais bem avaliado foi o **Cumprimento da Programação** que obteve 40,1% de conceito “ótimo” e 18,5% de “bom”.

Gráfico 12 - Avaliações: Conteúdos

O gráfico acima aponta que o grau de satisfação sobre o **Desenvolvimento da Palestra** atingiu o índice de 58,3% ao considerarmos as categorias “bom” e “ótimo”. Já no aspecto **Carga Horária** os dados estão menos concentrados, uma vez que, a soma de “ótimo” e “bom” é de 38,7% com predominância do conceito “bom”.

Gráfico 13 - Avaliações: Trabalhos em grupo

Os dados expressos no gráfico acima revelam que a **Carga Horária, Integração entre os Participantes e Apoio do Facilitador**, alcançaram as avaliações mais positivas ao considerar a somatória das categorias “ótimo” e “bom”. Assim sendo, a categoria “bom” teve maiores frequências, não chegando contudo, a atingir 50% em todos os aspectos considerados.

Observa-se que para todos os aspectos analisados a somatória de “ótimo” e “bom” variou no intervalo entre 46,5% a 68,4%.

Gráfico 14 – Avaliações: Plenária Final

Quanto a **Plenária Final** 36,6% das respostas apontam o conceito “regular” enquanto que 22,2% avaliaram enquanto “boa”.

Com relação a **Eleição e aclamação dos delegados**, observamos que 37,8% dos questionários respondidos consideraram “regular” e 22,4% “bom”.

Gráfico 15 - Avaliações: Infraestrutura

O último gráfico apresenta índices de avaliação de aspectos vinculados a infraestrutura. Neste aspecto a item alimentação recebeu quase que 53,1% do conceito “ruim”.

O gráfico mostra também que o item **Acesso ao local** obteve o maior índice de aprovação, pois somando os conceitos “ótimo” e “bom”, atingiu 77,6% e

As respostas abertas apresentaram **Elogios, Críticas e Sugestões** que enriquecem as avaliações. Visando facilitar a leitura e análise, serão apresentadas as respostas distribuídas nas categorias: Alimentação, Metodologia, Plenária Final, Espaço Físico e equipamentos e Horário proposto, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 15 - Avaliações: Síntese das Respostas abertas

Elogios	Críticas	Sugestões
Alimentação		
	<ul style="list-style-type: none"> Alimentação de qualidade ruim (sem tempero, muito arroz e feijão, pouco legumes/saladas, pão embolorado, leite azedo e encontrados cabelos e pedras na comida). Ausência de café no período da tarde. Não pensaram nas pessoas diabéticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Self service (para não haver desperdício de comida, possibilitar opções de escolha, atender pessoas com restrições alimentares e o paladar individual, bem como, a quantidade com que cada um fica satisfeito). Oferecer água quente com sachê de chá para quem não toma café e leite.
Metodologia		
<ul style="list-style-type: none"> Ótimas palestras. Palestrante Vânia Nery excelente, bom conteúdo e uma reflexão importante para o atual contexto da política de assistência social. Excelentes as ações. Foi bom tudo que está no dia/dia do indivíduo. Fico agradecida pela participação nestes três dias de resistência e 	<ul style="list-style-type: none"> Metodologia péssima. Faltou apresentação cultural. A apresentação quantitativa da Potencial foi desnecessária pois não apresentou nenhuma análise. Tinha que remeter ao COMAS para análise junto as regionais. É inviável que uma conferência ocorra sem facilitadores contratados, neutros e remunerados. Facilitadores despreparados. Metodologia diferenciada em cada sala. Incongruência nas informações passadas pelos relatores em cada grupo. Ausência de transparência 	<ul style="list-style-type: none"> Próxima vez verificar uma forma mais dinâmica. Garantir elaboração das propostas em grupos por eixo e posteriormente reunir os diversos subgrupos/grupos dos eixos para agrupamento e compilação das propostas a serem apresentadas em plenárias. Repensar a metodologia das conferências de modo que garanta a participação efetiva dos conferencistas, seja na discussão dos eixos, bem como

<p>aprendizado.</p> <ul style="list-style-type: none"> Parabéns! Pelas SUAS 2019 resistência simples... 	<p>no que tange aos processos de conferência estadual e nacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> Rompimento do regimento causou desconforto. A forma como a empresa separou as propostas nas salas sem referência ao caderno dificultou o processo de separação das propostas. Maior preocupação na divulgação do calendário da conferência. Péssimo trabalho da assessoria com a sistematização das propostas dos eixos. Envolvimento dos presentes na conferência, muitos nem sabiam porque estavam aqui. E, as mesmas pessoas monopolizavam as discussões, fazendo impôr suas ideias e desclassificando os demais. 	<p>no processo de votação.</p> <ul style="list-style-type: none"> Oferecer crachás diferenciados aos observadores (corrigido no 2º dia). Poderia ter melhores orientações do credenciamento. Interpretes de libras. Maior esclarecimento a respeito da conferência, normas, procedimentos e siglas para uma participação mais efetiva. Sugestão: que as palestras na abertura aconteça no período da manhã para contemplar o maior número na plenária e a tarde realização dos debates. Primeiro dia poderia não cantar o hino nacional e já começar a discussão no eixo.
Plenária Final		
<ul style="list-style-type: none"> Mesa com condução coerente ao proposto pela programação. Saudade da Cassia. 	<ul style="list-style-type: none"> Algumas dúvidas não respondidas pela mesa quanto aos critérios para a CNDAS e Conferência Estadual. Postura autoritária da mesa. Composição da mesa na plenária final causou confusão nas deliberações. Os usuários dos serviços da assistência social são convidados para a conferência mas não lhes permitem ter voz. Isso precisa mudar. Desorganização acerca do horário de entrega dos certificados. Não havia pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> A metodologia para votação das propostas precisa ser alinhada, pois cada sala fez de um jeito e a condução para a aprovação foi diferente e não avalio isso positivamente. Quando os destaques dos eixos, for solicitado por mais de um membro, pedir para que se reúna para debate enquanto segue o andamento da leitura.

	<p>suficientes (facilitadores) na plenária para contagem e organização como distribuição de microfone.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Palavras utilizadas principalmente pela mesa com conotação racista. Ex. Esclarecer, quem faz ideia de tudo que for claro seja bom. • As propostas da regional do Jabaquara encaminhadas para sistematização não foi aprovada em plenária da conferência regional. A empresa invalidou todas as deliberações de uma regional tendo um papel político importante na destruição do SUAS. • Vergonhosa a indicação antecipada de alguns membros para conferência federal. 	
Espaço Físico e equipamentos		
	<ul style="list-style-type: none"> • Ter dois locais para realização da conferência foi péssimo, algumas pessoas tiveram dificuldade para chegar no horário. • A estrutura em ambos os espaços foi péssima • Acústica no Club Homs horrível. • O local estava abafado. • Cadeiras fixas e desconfortáveis. • Espaço pequeno para as discussões em grupo. • Mal tratamento dos seguranças oferecidos na recepção. • Muita falha na questão de infraestrutura de equipamentos, com falhas de microfone, data show entre outros. • Não há acesso para cadeirantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Guardar os materiais, uma sacola ao invés da pasta. • Pensar melhor se o equipamento atende a demanda de espaço e verificar o funcionamento do mesmo. • Na próxima conferência organize espaço separado auditório do local de alimentação. • Nunca deixar a conferência ser realizada fora do espaço do Anhembi. • Façam um cadastramento mais ágil, todo online, apenas via QR CODE. Bem como o controle de presença. • Para as próximas

		conferências utilizar O coletor eletrônico de votos.
Horário Proposto		
<ul style="list-style-type: none"> • Evento foi executado com dignidade e ordem. • Além de ser perfeitamente todos os horários e os serviços na execução da conferência municipal de assistência social da cidade de São Paulo. • No geral, foi um bom evento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Credenciamento foi confuso e moroso, o que ocasionou atraso no início da conferência. • A carga horária é muito desgastante tornando um enfado para permanecer no espaço de debate intenso e conflituoso. • Melhor distribuição do tempo para não prejudicar a plenária final, • Cumprimento dos combinados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Que o COC seja orientado bem antes das conferências para discutir com tempo e clareza sobre a programação e postura a ser adotada na conferência. • Cumprimento do horário proposto.
Outros		
<ul style="list-style-type: none"> • Que democracia é essa, só corrupção no meio dos conselheiros, sem generalizar é claro. • Eu Lourivaldo quero que a coordenação dos serviços sociais tenha mais responsabilidade com o serviço de parceria que tem em São Miguel, tem que merece para nós usuários tem mais informação dos eventos quero a resposta (11) 96175 - 1055. • Crítica: Foi solicitado na conferência regional em, 18/10/19 que poderíamos trazer/ indicar usuários do serviço, pois faço parte do CTA Brás I como assistente social, porém a usuária e convivente do CTA Sra. Gláucia Julião chegou neste espaço com o objetivo de participar, porém foi "barrada" e não pode ficar com a fala de pessoas que estavam na fila organizando. 2) a entrada para os credenciamentos que "hoje" seria apenas para os delegados e que o "espaço" já estava lotado; ressalto que esta convivente está sempre participando de várias discussões e grupos na rede e foi através desta mesma convivente que recebi o material de divulgação da conferência, pois ela participa ativamente das atividades junto ao núcleo São Martinho e Lima III na região da MOOCA. Sugiro: que seja tomado mais cuidado nas próximas conferências onde o "espaço de prioridade de participação é para o usuário" e não para pessoas que desconhecem esta importância e são colocadas na linha de frente de um evento como este, pois a informação "infeliz" foi feita por um "segurança" tenho certeza que desconhecia qualquer referência da conferência. e eu tenho que fazer a "Reflexão" referente ao número baixo de participação de usuários nas conferências???? 		

• À TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante destacar ao final deste relatório a importância da XIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo em um momento de retrocessos das Políticas Públicas, especialmente as Políticas Sociais e dentre elas a Assistência Social.

A não convocação pelo CNAS da Conferência Extraordinária da Assistência Social e a mobilização da sociedade civil, dos atores organizados e militantes da Assistência Social no país chamando a Conferência Nacional Livre e Democrática, como um ato de resistência à este momento, e, a autonomia dos Estados e Municípios em realizarem suas Conferências, a cidade de São Paulo, através do COMAS-SP assumiu o chamamento da XIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, demonstrando como um ato de resistência ao desmonte da Política de Assistência Social no país e na cidade.

A temática ***Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social*** oportunizou um debate abrangente, capaz de acolher todas as questões que afetam o SUAS e sua capacidade de garantir proteção como responsabilidade pública no município.

A mobilização na cidade de São Paulo no período das Conferências Regionais e na Conferência Municipal movimentou mais de sete mil pessoas envolvidas nos debates dos Eixos propostos, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, estatal e não estatal, representantes de OSC, usuários e usuárias, as Comissões Regionais e Comissão Organizadora Central, sob coordenação do COMAS-SP.

As 32 Conferências Regionais produziram 1.562 propostas nos três Eixos, ainda que as dificuldades nesta elaboração tenha se apresentado, como por exemplo, propostas para outras políticas públicas, mas, foram em pequena escala, frente às proposituras para o município. Percebeu-se assim que a Política de Assistência Social está assimilada pelos atores nela envolvidos.

A desigualdade social imposta na cidade de São Paulo, agravada nos últimos anos como nos mostra a recente pesquisa da Rede “Nossa São Paulo” que destaca para um dos principais e chocante resultado sobre a média de

idade com que as pessoas morreram no município em 2018. “Enquanto Moema o valor é de 80,57 anos, em Cidade Tiradentes é de 57,31, contabilizando mais de 20 anos de diferença entre os dois”.

Este dado, além de outros, em que basta observar as ruas da cidade, em todos os territórios, o crescimento da população em situação de rua, população LGBTQIA+, do trabalho infantil e na invisibilidade dos territórios mais distantes do centro, as aldeias indígenas.

Grandes desafios estão postos à Política de Assistência Social e em todas as Conferências Regionais as propostas versaram pela ampliação dos serviços tipificados, pelo respeito à dinâmica e diversidade de cada território da cidade para implantação dos serviços, para o aumento do RH, pelo fim do corte do orçamento, pela maior divulgação da Assistência Social, pelo fim do retrocesso com o fechamento de serviços essenciais para a população, na contramão da realidade da cidade.

Além de todas estas questões, coloca-se a importância do trabalho intersetorial, em articulação com as demais Políticas Públicas já que a não cobertura dessas políticas impõe à Assistência Social o socorro às questões da extrema pobreza.

Muito falou-se no processo conferencial da cidade sobre a irregularidade, insuficiência e cortes no orçamento público para a Assistência Social, e sem este não há execução dos serviços, portanto não há Política Pública. E frente às estas questões o *locus* fundamental está na participação social, garantida pela Constituição Federal de 1988 e objetivada pelos espaços de Conferências, Conselhos, Fóruns, enfim, a discussão se faz através do controle social.

A resposta da XIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo foi uma resposta pelo compromisso com a Política de Assistência Social, de mobilização, de denúncia, de resistência frente a situação posta, sendo preciso avaliar para compreender a atual conjuntura nacional, estadual e municipal, com participação social para a defesa dos direitos garantidos constitucionalmente e com financiamento público.

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NÃO É FAVOR, É DIREITO!!

#SUASRESISTE#

- **ANEXO: APRESENTAÇÕES DAS PALESTRAS**